



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Masculinidades: Relações de Poder e Processos de Subjetivação Gay

Leonardo de Sousa Bonfim

Brasília-DF

Dezembro de 2018



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Masculinidades: Relações de Poder e Processos de Subjetivação Gay

Leonardo de Sousa Bonfim

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde do Centro Universitário de
Brasília - UniCEUB como requisito parcial para a
conclusão de Curso de Psicologia.
Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

Dezembro de 2018



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de Avaliação

Autor: Leonardo de Sousa Bonfim
Título: Masculinidades: Relações de Poder e Processos de Subjetivação Gay

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.^a. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Brasília - DF

Dezembro de 2018

Sumário

Folha de Avaliação	iii
Sumário	iv
Resumo	vi
Introdução	1
1. Estudos de gênero: Contribuições do Feminismo Para o Estudo das Masculinidades	8
2. Estudos Sobre as Masculinidades	18
3. Masculinidade Hegemônica e Masculinidade Gay: Tensões e Relações de Poder	23
4. Subjetividade e Processos de Subjetivação	34
4.1. Processos de subjetivação gay no contexto da masculinidade hegemônica	41
5. Metodologia	49
5.1. Participantes	51
5.2. Materiais e instrumentos	53
5.3. Procedimentos de construção de informações	53
5.4. Procedimentos de análise	54
6. Resultados e Discussão	56
6.1. Masculinidade Hegemônica A Partir da Perspectiva de Homens Gays: Articulações e Tensões	56
6.2. Masculinidades: Articulações e Tensões entre Gênero, Classe e Sexualidade	64
6.3. Institucionalização da Masculinidade Hegemônica e Suas Implicações Nos Processos de Subjetivação de Homens Gays	71
Considerações Finais	80
Referências Bibliográficas	83

Apêndices	91
Apêndice A	92
Apêndice B	95
Apêndice C	97
Anexos	99
Anexo A	100

Resumo

A presente pesquisa focaliza, como tema principal, as implicações da institucionalização da masculinidade hegemônica, em termos subjetivos, aos homens gays, objetivando compreender as subjetividades produzidas por homens gays a partir dos tencionamentos provocados pela masculinidade hegemônica. Esse modelo de masculinidade é comumente associado a virilidade, força, heterossexualidade, agressividade e dominação, o que acarreta sofrimento e marginalização aos homens que não se adequam a esse modelo hegemônico, como os homens gays. Em termos metodológicos, optou-se, na pesquisa, por utilizar a entrevista semiestruturada individual, realizada com 8 homens que se identificam enquanto gays ou não-heterossexuais. Além do roteiro de entrevista semiestruturado, a pesquisa contou com algumas imagens e um videoclipe musical previamente selecionados. Para análise e interpretações das informações construídas junto aos participantes, foi utilizada a análise de conteúdo temática. Os resultados da pesquisa demonstram a complexidade do tema e os múltiplos processos de subjetivação possíveis, processos esses marcados ora pelos questionamentos das normas de gênero e sexualidade ora marcados pelo assimilacionismo, trazendo informações que revelam como as desigualdades de classe e a misoginia impactam na expressão das masculinidades gays, além da relação frequentemente conflituosa com as masculinidades heterossexuais. Conclui-se, a partir deste estudo teórico, que os impactos da institucionalização do modelo hegemônico de masculinidade em nossa sociedade, tem se revelando predominantemente prejudicial às masculinidades gays, gerando, principalmente, hierarquias entre as masculinidades gays, rejeição de homossexuais afeminados e distanciamento entre homens heterossexuais e gays.

Palavras-chave: Masculinidades gays, masculinidade hegemônica, subjetividades, subjetivação.

Introdução

Constituída por padrões de gênero rígidos, a sociedade brasileira construiu e constrói continuamente um modelo normativo de masculinidade, expresso principalmente, por meio da figura do homem heterossexual, cisgênero, branco, de classe média alta e sem deficiências. Esse modelo também é caracterizado pela associação da masculinidade ao comportamento “predatório”, dominador, agressivo e viril, como analisa Nogueira (1986) e Parker (1991). No entanto, esse modelo se configura no cenário social, como um mecanismo promotor de violências e desigualdades, principalmente em relação às mulheres (cisgênero e transgênero) e aos homens gays.

Conforme pontua Connel (1990), o modelo social de masculinidade impôs um padrão normativo e hegemônico, fazendo com que outros tipos de masculinidades se tornassem modelos subalternos ao hegemônico, desvalorizando as inúmeras possibilidades de construção das masculinidades e deslegitimando as várias formas de ser homem, entre elas a masculinidade gay.

A masculinidade hegemônica, pautada na agressividade, no exercício da heterossexualidade e no poder, marginaliza a masculinidade gay, atribuindo-lhe um status de sub-masculinidade (masculinidade inferior); conseqüentemente, retirando-lhe também, em diferentes níveis, a sua humanidade. Níveis esses, que vão desde a negação de direitos, como o casamento, até a violência e o assassinato. As conseqüências e efeitos da normatização desse modelo de masculinidade, podem ser observadas nas informações divulgadas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)¹, que apresenta informações que revelam que, em 2016, 173 homens gays morreram no Brasil, subindo para 194 em 2017, em decorrência da homofobia, em especial, crimes de homicídio e práticas de suicídio.

¹ Informação disponível no portal “Homofobia mata”: <https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>

Consequências e efeitos que também aparecem expressos nos dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (2014), que aponta que a maioria dos casos de suicídio é cometida por homens, sendo os jovens gays os mais propensos ao ato, quando se compara essas informações com os dados apresentados pelo relatório governamental estadunidense, elaborados pela Secretaria de Força Tarefa do País (P.Gibson, 1989).

Embora esses indicadores estatísticos retratem a realidade, especialmente dos Estados Unidos da América e de países ocidentais desenvolvidos, é possível, de maneira contextualizada em relação à realidade latino-americana, pressupor que o mesmo fenômeno se reproduz em solo brasileiro, de maneira até mais violenta, considerando a carência de políticas públicas voltadas à população homossexual no Brasil.

Atualmente em nossa sociedade, mas especificadamente, no contexto brasileiro, há um cenário de institucionalização de um modelo de masculinidade hegemônica, sendo a institucionalização, o processo em que o modelo de masculinidade hegemônica se integra a várias instituições e grupos sociais, adentrando nas esferas de poder e se naturalizando nas práticas cotidianas. Esse cenário se expressa, por exemplo, no repúdio e exclusão de homens gays no futebol e nas Forças Armadas², por serem atividades ligadas ao exercício da masculinidade hegemônica (associada à heterossexualidade), que força um cenário, em que a presença de homens gays, nesses espaços, são consideradas inadequadas.

² A institucionalização da masculinidade hegemônica contribuindo para a exclusão de homens gays nas Forças Armadas, pode ser observado através da política “*don’t ask, don’t tell*” dos Estados Unidos (lei federal Pub.L.103-160 -10 U.S.C. § 654) e o crime de pederastia do código penal militar brasileiro (Decreto-Lei nº 1001/69), ambas usadas com o fim de inibir a presença de homossexuais nas Forças Armadas. Outro reflexo da institucionalização do modelo de masculinidade hegemônica nas forças armadas é os ataques direcionados ao policial militar Leandro Prior, após ter um vídeo seu, no qual trocava afeto com outro homem, vazado. Informação disponível no endereço: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/07/politica/1530915242_121103.html

Os efeitos dessa institucionalização aparecem em vários outros espaços, como a escola, que se constrói como espaço de reprodução frequente da heteronormatividade ³, que traz diversas consequências ao homem gay e a população LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis). Essa reprodução de homofobia na escola, foi constatada pela Unesco, em uma pesquisa⁴, em 2002, com 5 mil professores, em que 59 % deles acham inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e 21 % não gostariam de ter vizinhos gays (Junqueira, 2009).

Essas informações sinalizam que as masculinidades gays são negativamente afetadas pela construção e manutenção de um modelo de masculinidade hegemônica, exclusivamente heterossexual, aliado a outros elementos como força e poder. Esse quadro evidencia a homofobia e a presença de hierarquias entre as masculinidades no cenário social, como aponta Connel e Messerschmidt (2013):

A ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se nos anos 1970 e já estava sendo atribuído ao papel masculino convencional (p.244).

Dentro dessa conjuntura social, os processos de subjetivação, que orientam a constituição das identidades masculinas, ganharão contornos específicos no caso dos homens gays, bissexuais e assexuais homoromânticos ⁵, compreendendo os processos de subjetivação

³ Termo que descreve como a heterossexualidade se estabelece como meio privilegiado de socialização e apenas através desse regime de verdade que as pessoas são reconhecidas, aceitas e inseridas nos espaços sociais, como é discutido por Miskolci (2007).

⁴ Pesquisa disponível no portal da Unesco através do site : <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf>

⁵ Segundo a AVEN - *Asexual Visibility and Education Network* (Rede de Educação e Visibilidade Assexual) – Assexual poderia ser definido como a pessoa que não vivencia uma atração erótico/sexual por outros indivíduos. Informação disponível no portal : <https://www.asexuality.org/>

e constituição da subjetividade como as produções do sujeito, em termos de sentido e significado, que emergem a partir das relações com os outros em determinado contexto cultural.

Alguns desses processos de subjetivação, principalmente aqueles gerados em um ambiente social opressivo em relação aos homossexuais, parecem se manifestar, através do trabalho de pesquisadores e pesquisadoras que demonstram as implicações, acerca da homofobia, na saúde mental de homens gays. Dois desses pesquisadores são Pereira e Leal (2005), que alertam que os homens gays apresentam, comumente, comprometimentos em sua saúde mental, no processo de construção de sua identidade enquanto homem homossexual, expressas na baixa autoestima, ansiedade e comportamentos de risco, sendo a homofobia internalizada, a violência e a não aceitação da família, fatores de risco na potencialização desse problema e no fortalecimento de certos modelos de masculinidade.

Entretanto, apesar dos esforços, do movimento LGBT, em questionar essas hierarquias geradoras de exclusão e sofrimento, os estudos, que focalizam a construção das masculinidades, segundo Medrado e Lyra (2008), só começaram a ganhar espaço a partir da década de 1990, com pesquisas de autores e autoras como Connel (1990,1995).

Mesmo tendo destaque maior a partir da década de 1990, os estudos na área ainda permanecem escassos, principalmente se consideramos os efeitos e as implicações subjetivas da institucionalização de um modelo de masculinidade hegemônica em relação aos homens gays. De forma mais específica, a maioria dos estudos concentra-se nas consequências da homofobia para os homens gays, sem estabelecer relações consistentes com as construções das masculinidades e seus efeitos na subjetividade, para além do campo da saúde psicológica, focando nos processos de sofrimento psíquico, mas não nas formas de subjetivação geradas nesse cenário, que por ventura podem propiciar processos de adoecimento e sofrimento psíquico.

Como é discutida por Souza (2009), há uma vasta literatura sobre a temática de gênero, contudo, nela, em especial, até a denominada segunda onda do feminismo⁶, o homem não foi generificado. Essas produções não questionaram explicitamente as construções de gênero masculinas (Oliveira, 1998), fazendo-se parecer que a mulher era portadora de um gênero imposto, enquanto os homens tinham uma masculinidade natural, universal e homogênea, embora tenha chegado a haver questionamentos sobre esse tema, dentro de algumas correntes feministas.

Nesse cenário, as desigualdades entre os próprios homens não foi reconhecida na época, considerando a masculinidade como uma categoria homogênea, ignorando que diferentes homens gozam de status e poder de formas diferentes dentro do patriarcado, sendo resgatada, posteriormente, pelos estudos de masculinidade (Oliveira, 1998; Souza, 2009). Isso evidencia uma lacuna na produção acadêmica que precisa ser superada por trabalhos que contemplem a masculinidade hegemônica, bem como sua contraposição a partir de modelos dissidentes, como a masculinidade gay e suas implicações na subjetividade dos indivíduos.

Levando-se em consideração os impactos desse modelo normativo de masculinidade e a abordagem superficial do tema nos estudos de gênero e nos estudos gays e lésbicos, faz-se necessário novas produções que evidenciem as desigualdades entre as masculinidades. Produções que contribuam com a desconstrução de hierarquias e com a formação de um sociedade que valorize a diversidade e os variados modos de existência.

Deste modo, devido ao estudo incipiente, a questão da masculinidade hegemônica e suas implicações nas subjetividades de diferentes sujeitos tendem a permanecer invisíveis. Estando “invisíveis” a compreensão e a formulação de formas de enfrentamento aos problemas criados pela institucionalização de modelos rígidos e tóxicos de masculinidade,

⁶ Segundo Narvaz e Koller há 3 ondas que marcam o feminismo, sendo a segunda onda, surgida entre 1960 e 1970, marcada pelas lutas das mulheres pela legitimação da experiência feminina e igualdade, com a luta se focando mais no plano sociocultural.

ficam severamente comprometidos, pois a medida que se mantém o silêncio em relação a um determinado problema social, o problema é perpetuado. Os problemas criados pela institucionalização de um modelo normativo de masculinidade, no plano social, se expressam na violência urbana contra gays e mulheres, conflitos familiares entre pais e homossexuais e desvalorização no mercado de trabalho.

Diante desse cenário, caracterizado pelos poucos estudos sobre a construção da masculinidade hegemônica e seus efeitos em relação aos homens gays, a presente pesquisa focaliza a seguinte problemática: como os homens gays constroem sua identidade masculina diante de um modelo normativo e hegemônico de masculinidade (ancorado em um sistema binário de gênero) e quais os modos de subjetivação gerados nesse contexto.

A abordagem da temática sobre implicações do modelo de masculinidade hegemônica sob a masculinidade gay, no que se refere à constituição da identidade gay masculina e seus modos de subjetivação, no campo da psicologia, poderá ampliar e otimizar o referencial utilizado pelos psicólogos e pelas psicólogas, reforçando de maneira mais aprofundada a “Resolução CFP N° 001/99”⁷ de 22 de março de 1999, que estipula diretrizes na atuação de psicólogos(as) em relação aos indivíduos homossexuais, estabelecendo em seu parágrafo único que, no âmbito de sua atuação profissional, o psicólogo ou psicóloga não deverá contribuir com serviços ou eventos voltado ao tratamento ou cura das homossexualidades.

Auxiliará também na construção de propostas de intervenção, em diferentes áreas da psicologia, como a construção de projetos de combate ao *bullying* homofóbico nas escolas, bem como a condução de casos clínicos envolvendo aspectos relacionados à masculinidade gay. Além disso, pode contribuir para que sejam elaboradas reflexões críticas acerca das masculinidades na área, podendo ainda ampliar o referencial teórico sobre minorias, gênero,

⁷ Resolução disponível no site do Conselho Federal de Psicologia no seguinte endereço: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

sexualidade e desenvolvimento humano.

Ainda poderá Auxiliar, a psicologia, a fazer o recorte de gênero e sexualidade na análise do desenvolvimento psicológico tipicamente humano, pois, como analisa Oliveira e Madureira (2014), a psicologia do desenvolvimento, tradicionalmente, priorizou o homem adulto, jovem e branco como referência de análise, adotando uma visão desenvolvimentista linear e ascendente, sem considerar as especificidades de certos grupos sociais. Portanto, acabou tendo um importante papel no fortalecimento das normatividades de gênero, que reforçam inúmeras desigualdades.

No campo social, as reflexões presentes nessa pesquisa podem contribuir para que se promovam práticas que fortaleçam a desconstrução de modelos de masculinidade promotores de violência, opressão, adoecimento físico e sofrimento psíquico (masculinidades tóxicas).

Objetivo Geral

Compreender as subjetividades produzidas no processo de construção das identidades gays masculinas, a partir dos tencionamentos provocados pela institucionalização da masculinidade hegemônica.

Objetivos Específicos

- Compreender a percepção de jovens gays a respeito do seu processo de construção identitária masculina.
- Analisar as articulações entre gênero e sexualidade nas performances de masculinidade dos participantes, por meio de seus relatos.
- Identificar como esses indivíduos são afetados pela institucionalização da masculinidade hegemônica.
- Analisar as relações entre masculinidade gay e masculinidade hegemônica, bem como as formas de subjetivação geradas nesse contexto.

1. Estudos de Gênero: Contribuições do Feminismo Para o Estudo das Masculinidades

Para abordarmos o tema das masculinidades, é essencial compreendermos a categoria gênero, em sua historicidade, analisando sua gênese, seu uso como categoria analítica e política, bem como suas implicações sobre os estudos acerca das masculinidades. Inicia-se então a discussão da categoria gênero, para que se compreenda sua importância e sua relação com os estudos das masculinidades.

O conceito de gênero é um conceito amplo, com sua definição oscilando entre as diferentes correntes feministas, que será abordado posteriormente, mas também é um conceito político e relacional que permite, como ferramenta analítica, compreender os inúmeros fenômenos relacionados as desigualdades entre homens e mulheres, para além do essencialismo biológico (Madureira, 2010).

O conceito permite, também, como categoria política, a construção de estratégias de enfrentamento em relação às práticas sociais que reforçam estruturas de opressão, como a visão social de que a mulher tem um “instinto” orientado para o cuidado e deve se voltar para o ambiente doméstico. O caráter político dessa categoria, se evidencia pelo fato da divisão do gênero e a subordinação da mulher à figura masculina configurarem relações de poder entre os gêneros, que não permeia somente o âmbito privado, mas também o âmbito público.

Conforme lembra Okin (2008), a negligência nos estudos de teoria política, em relação à categoria gênero, influenciados pela dicotomia público/privado, fez com que a categoria gênero fosse vista como assunto do âmbito privado, situação que levava algumas pessoas a acreditarem que, por não serem questões ligadas à vida pública, não deveriam ser discutidas politicamente. Esse quadro fez com que as feministas adotassem o lema: “o pessoal é político”, como uma crítica radical a divisão dicotômica que negligenciava a análise de gênero na teoria política. De acordo com Okin (2008):

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (p. 314).

Além do seu caráter político, as categorias identitárias, como “mulher”, são categorias inter cruzadas, não sendo possível compreender qualquer categoria identitária, por meio de estudos inteiramente separados, focados somente na mulher por exemplo, pois a identidade é relacional, dependendo para existir, de algo de fora, no caso, as outras identidades. Ou seja, uma identidade se relaciona com outras para se constituir, por isso, o estudo de uma categoria identitária implica o estudo de outra, tendo assim um caráter eminentemente relacional (Madureira, 2010; Scott, 1995; Woodward, 2000;).

Os estudos de gênero iniciam-se com a construção do termo e da categoria gênero, que, como analisa Scott (1995), começaram a aparecer na literatura a partir dos estudos feministas estadunidenses, na denominada “segunda onda do movimento”, a qual buscava enfatizar o caráter social por trás das distinções sexuais, negando o determinismo biológico e enfatizando o caráter relacional e social da categoria. Após o surgimento da primeira onda do feminismo, focada em direitos políticos, emerge a segunda onda, em que é enfatizado o caráter cultural das diferenças de gênero, fazendo com que o sistema sexo/gênero se tornasse um paradigma nos estudos feministas (Narvaz & Koller, 2006).

Como pontua Gayle (1993), a respeito dos sexos biológicos, são atribuídas “naturezas” essenciais, como o papel de cuidadora às mulheres e o papel de provedor aos homens. A sociedade, então, legitimando essa natureza, transforma a sexualidade biológica em um “produto cultural”, como o gênero, dessa forma, sexo é visto como uma categoria biológica e gênero como uma categoria cultural.

Entretanto, na “terceira onda do movimento”, encabeçada por autoras como Judith Butler (2003), surge uma concepção de gênero mais ampla, que problematiza a dicotomia sexo/gênero da “segunda onda”. Ou seja, a divisão que posiciona o sexo como uma categoria iminentemente biológica, que estaria num nível pré-discursivo (a-histórico e natural); e gênero seria uma categoria cultural, começam a se mostrar tênues e arbitrárias, conforme lembra Narvaz e Koller (2006).

Segundo Butler (2003), o sexo possui uma historicidade e uma politicidade, servindo como base para as imposições binárias de gênero, com essa ligação tão estreita entre esses dois elementos, a ideia de sexo, como um elemento a-histórico é posto em xeque e começa-se a evidenciar que talvez o sexo seja uma construção de gênero, ou seja, as construções em torno da categoria sexo funcionam como uma narrativa que, por meio da aparência de algo “natural”, se integra as construções de gênero, como analisado no seguinte trecho:

(...) buscarei ainda desenvolver um argumento proposto por Suzanne Kessler¹³ quando analisa os protocolos médicos no manejo de pessoas intersex: o de que os médicos percebem a si mesmos como “criando técnicas” e não “cultura”. Considerar esses atores sociais como produtores de cultura é algo operativo para pensar que as definições sobre o “sexo verdadeiro” de uma criança estão, elas mesmas, produzindo o sexo. Nesse sentido, levantar questões sobre o tema engendra não apenas uma discussão ética acerca das cirurgias precoces de correção de genitais ditos

“ambíguos”, como se insere num debate político em torno da suposta “naturalidade” das dicotomias de sexo e gênero (Machado, 2005, p.255).

Baseado na citação acima, podemos perceber que a existência de pessoas intersexo⁸ coloca em xeque o sexo como um modelo natural e binário, denunciando seu caráter político. Essa visão do sexo e do gênero, se encontram fortemente ancoradas nas perspectivas da terceira onda do feminismo, que ao desnaturalizar a categoria sexo, rompeu com a dicotomia sexo/gênero, construídas no feminismo de segunda onda.

Entretanto, apesar das críticas ao sistema sexo/gênero, da difusão e das contribuições teóricas da “terceira onda do feminismo”, essa não encerrou nem esgotou o debate sobre gênero, construídas nas ondas anteriores, pelo contrário, trouxe novas questões para serem tratadas nesse campo de estudos interdisciplinares. Embora tenha um relativo destaque nos estudos de gênero atualmente, a terceira onda não apaga a pluralidade de posições dentro dos feminismos, ao invés disso, ampliou sua diversidade.

Segundo Scott (1995), a pluralidade de abordagens feministas, em relação à categoria gênero, dá origem a várias compreensões sobre o assunto, como a análise feminista materialista e pós-estruturalista, uma enfatizando as experiências concretas e econômicas (bases materiais) e a outra o papel central da linguagem (práticas discursivas), na interpretação e compreensão sobre as questões de gênero. Cabe destacar, que há ainda abordagens feministas que incorporam a visão interseccional, buscando considerar a realidade de diferentes mulheres. Perspectiva teórica que, inclusive, tencionou o movimento feminista.

Conforme analisa Nogueira (2017), o conceito de interseccionalidade, manifestada por meio do feminismo negro, pioneiramente pelos trabalhos da jurista afro-americana

⁸ Como afirma Machado (2005) intersexo ou estados intersexuais se refere, de maneira geral, a pessoas nascidas com corpos cujo a genitália interna e/ou externa não pode ser definida como totalmente feminina, nem masculina.

Kimberlé W. Crenshaw, surge como uma resposta teórica dentro dos feminismos, referente à pluralidade de formas de vivências da feminilidade, como as transfeminilidades, feminilidades negras, feminilidades asiáticas, feminilidades lésbicas, etc. Pluralizando, portanto a categoria “mulheres”. O paradigma da interseccionalidade, surge também, como uma teoria que se põe a analisar como diferentes categorias sociais, construídas culturalmente, como gênero e raça, interagem de maneira múltipla na reprodução de desigualdades (Nogueira, 2017).

Nesse sentido, o feminismo ao conceituar a opressão patriarcal em um único eixo de subordinação, no caso o gênero, não refletiu no conjunto de experiências vivenciadas pelas mulheres, as interações entre gênero e raça, por exemplo, levando o movimento a marginalizar as especificidades das mulheres negras na teoria feminista, como lembra a feminista estadunidense Crenshaw (1989).

Dessa forma, essa autora feminista demonstra a necessidade de se levar em consideração a intersecção entre diferentes eixos de opressão, se quisermos abordar de modo mais aprofundado a maneira como as diferentes mulheres são subordinadas. Contudo, o conceito de interseccionalidade também não é consenso entre os estudiosos e estudiosas da área. Tal conceito é alvo de críticas de autores/as como Danièle Kergoat, que propõem como alternativa a noção de consubstancialidade. Conforme afirma Hirata (2014):

De uma maneira mais global, creio que a controvérsia central quanto às categorias de interseccionalidade e consubstancialidade se refere ao que chamo ‘interseccionalidade de geometria variável’. Assim, se para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações

sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião, etc (p. 66).

Como apresentado anteriormente, para as autoras e autores que defendem o termo consubstancialidade, a análise dos múltiplos sistemas de opressão deve se focar nas relações por elas ou eles consideradas fundamentais, que seriam o gênero, a classe e a raça.

Cabe lembrar que há ainda, como mencionado por Franco e Cicillini (2015), quem adote o conceito, descrito por Richard Parker, de “sinergia de vulnerabilidades”, termo que sinaliza o intercruzamento dinâmico de vulnerabilidades, visando especificar a fragilidade de ações de enfrentamento ao estigma e ao preconceito, voltados somente a uma categoria social. Cabe esclarecer que será adotado, neste trabalho, o paradigma da interseccionalidade.

Diante da perspectiva teórica adotada (teoria feminista interseccional), proveniente dos estudos de gênero, considera-se, então, o conceito de consubstancialidade contraproducente, pois elege algumas relações sociais importantes, mas negligencia que marcadores sociais como religião, sexualidade, etnia e deficiência, por exemplo, geram também opressões estruturais e estruturantes, tão violentas quanto as violências impostas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pela supremacia branca. Desconsidera ainda, que a multiplicidade de marcadores sociais, configuram formas específicas de viver a classe, o gênero e a raça.

A partir de então, sob influência dos estudos interseccionais, o gênero deixa de ser visto como uma categoria isolada e passa a ser visto como categoria relacional e interseccional, evidenciando que a categoria está sempre atrelada a outros marcadores sociais que criam formas específicas de opressão, que contribuem para quebrar concepções universalistas de opressão, presentes em correntes do feminismo de “segunda onda”.

Seguindo a tendência de conceber o gênero como categoria interseccional, Butler (2003), em seus estudos, aponta algumas problemáticas do gênero como categoria identitária,

denunciando que o feminismo tradicional, ao criar a categoria política “mulheres”, de forma universalista, não levou em consideração as outras vivências de mulheres, como as vivências das mulheres negras, que não se viam representadas na categoria identitária “mulher”. Butler (2003) ainda destaca que a identidade não é uma essência presente em homens e mulheres, mas algo construído, com a aparência de algo “natural”, por meio da repetição de “atos performativos”, concebendo o gênero enquanto performance.

Sawaia (2014), a partir de uma visão múltipla e dinâmica, ao contrário de uma visão rígida e linear, define a identidade como uma síntese de múltiplas identificações, em curso, que não são fixas nem permanentes. Nesse sentido, dialogando com Heilborn (1996), a identidade pode ser compreendida como um conjunto de práticas e signos culturais a quais o sujeito se identifica, que posiciona um indivíduo em uma posição específica nas relações de poder com outros grupos sociais.

No que confere ao gênero, o conjunto de práticas que o constitui e concede uma identidade ao sujeito é denominado, na teoria *queer*, de performance. Para Butler (2003), a performance ou atos performativos, que constituem o gênero, seriam um conjunto de atos, gestos, signos, práticas culturais, inspiradas em um *script* social e em uma ordem compulsória entre um determinado sexo, um determinado gênero e um determinado desejo, ou seja, é um conjunto de atos, gestos e falas do indivíduo que apoiado em um discurso social, são “gênerificadas”, ou seja produzem aquilo que é nomeado pelas representações sociais sobre gênero e sexualidade.

Conforme analisa Araujo Lima (2013), performatividade, linguisticamente, se refere ao poder que uma frase ou mensagem traz em si de constituir ou dar forma a algo, ou seja, de produzir aquilo que nomeia. Nesse aspecto, como destaca Butler (2003), o feminismo, através de sua política representacional, e o sistema jurídico com suas normas produziram aquilo que alegavam meramente representar.

Dessa forma, nota-se que os diferentes discursos reproduzidos na nossa sociedade, trazem uma representação do gênero que, ao invés de representar algo pré-existente, que sempre esteve ali, produz aquilo que nomeia. O gênero se materializa através de corpos que agem performaticamente, produzindo o que é nomeado pelo discurso.

Em síntese, apoiado pelas representações de gênero, presentes em determinado contexto cultural, os indivíduos vão, através do seus comportamentos, produzindo o que essa representação nomeia, por diferentes instâncias, como o masculino e o feminino. Assim, o gênero ganha uma aparência de algo “natural”, produzindo o que a sociedade denomina como masculinidade e feminilidade.

Nesse sentido, os atos performáticos ou performances, que constitui o gênero, precisam ser reproduzidas repetidamente, para se materializar e manter uma aparência de um elemento natural, pois sem a reprodução contínua desses atos, não haveria gênero, pois não há nenhuma essência expressa pelo que denominamos gênero (Louro, 2004). Ou seja, se delicadeza é um atributo que marca o gênero feminino e é visto como uma essência da mulher, na medida que a mulher parar de reproduzir comportamentos delicados, a ideia de feminilidade começa a ruir, pois não existe nenhuma essência que determina a feminilidade nessa mulher.

Nesse sentido, Bento (2017), enfatiza que, para uma pessoa ser reconhecida como mulher, por exemplo, no cenário social, é necessário que essa pessoa reproduza um conjunto de práticas, que possibilitem esse reconhecimento, nesse sentido, a roupa que a pessoa usa, o jeito de cruzar as pernas e etc, criam uma ideia de gênero, nesse sentido, segundo a autora, nós fazemos o gênero.

Exemplificando, jogar futebol, ter vários relacionamentos afetivos-sexuais com mulheres e vestir determinadas roupas, são comportamentos ou performances que são apontadas como expressão da masculinidade ou como a própria masculinidade por diferentes

instancias da nossa sociedade, apoiados numa determinada representação de masculinidade. Essa compreensão opera na compreensão da masculinidade como se ela fosse uma essência presente dentro do indivíduo e não uma materialização de uma representação de gênero por meio de determinados comportamentos, ou seja, como se a masculinidade fosse o que o indivíduo é não o que o indivíduo faz.

Desse modo, o indivíduo, apoiado numa determinada representação de gênero, se insere em uma zona de inteligibilidade cultural, onde ele será reconhecido socialmente, como um verdadeiro homem (como se houvesse uma forma original ou uma essência) ou ser abjeto (que rompe com um padrão de masculinidade). Dessa forma, diferentes sujeitos vão materializando, por meio seus atos, as representações de gênero, presentes nos discursos hegemônicos.

Resumidamente, o que a teórica “*Queer*” traz é que não nascemos com um ou o gênero, mas o construímos, através de performances, repetidas constantemente, o que faz, portanto, o gênero ganhar uma aparência de algo natural e imutável, dentro de uma ordem discursiva (Bento, 2017; Louro, 2004).

Dentro desse contexto, as críticas desenvolvidas por Butler e “teóricos *queers*”⁹, relacionadas à categoria identitária mulher, foram marcantes no feminismo, que, entre as contribuições significativas, trouxeram reflexões que colocavam em xeque a concepção de identidade como algo universal, homogêneo, unificado e internamente coerente.

Essas reflexões facilitaram a compreensão de que a emergência das diferentes identidades são historicamente produzidas e localizadas, contrariando visões que defendem que haja algo estabelecido e fixo na construção das identidades, como analisa Woodward (2000). Além disso, essas reflexões nos auxiliam a pensar na pluralidades de vivências e de

⁹ Pesquisadores/as estudiosos/estudiosas e cientistas que têm como princípio norteador de sua produção acadêmica, a corrente teórica denominada “Teoria Queer”, que apresenta como principal representante Judith Butler, além de estar presente nos trabalhos de autores/as como Paul Preciado, Berenice Bento e Leandro Colling.

construções de gênero, que são apagados por uma linearidade rígida entre sexo-gênero–desejo sexual- prática erótica (Butler, 2003).

Nesse sentido, nesse trabalho, não se defende um abandono da categoria identidade, mas um rompimento com uma compreensão de identidade como algo universal e estável, por uma concepção de identidade como algo fluido e aberto, sujeito as diversas possibilidades de construção, onde a sua pluralidade e fluidez devem ser reconhecidas. Em razão dessa compreensão, fala-se, nesse trabalho, em masculinidades (no plural), reconhecendo as inúmeras possibilidades de construção dessa categoria identitária, que são constituídas, muitas vezes, por atos performáticos, mostrando as articulações existentes entre as performances de gênero e a construção das identidades de gênero.

No entanto, essa pluralidade ou várias maneiras de construção das identidades de gênero, altamente singulares, em especial, as masculinidades, são apagadas por um padrão hegemônico, apresentado como universal. O que revela a necessidade de desestabilizar o conceito, evidenciando sua artificialidade, ou seja, revelar que elementos como a masculinidade, que são vistos como “naturais”, próprios daqueles indivíduos identificados como “machos”, são, na verdade, construções histórico-culturais, que podem ser reconstruídas de diferentes formas. Nesse contexto, surge a necessidade dos estudos de gênero contemplarem, também, a análise crítica do masculino.

No entanto, é somente partir dos anos 1980, pelos esforços do feminismo, que a categoria gênero, em substituição a categoria mulher, ganha proeminência, mobilizando o abandono do estudo centrado somente nas mulheres de maneira isolada, para focar nas relações de gênero, situação pregressa, que entre outras coisas, desconsiderava o caráter relacional do gênero, ignorando que numa sociedade generificada, de forma binária, as experiência de um gênero têm profundas ligações com a experiência do outro (Madureira, 2010; Scott, 1995; Woodward, 2000).

2. Estudos Sobre as Masculinidades

Segundo Welzer Lang (2001), os movimentos sociais, historicamente, reproduziram a divisão entre os homens, como a dicotomia heterossexual/homossexual, porém no fim dos anos 1970, começaram a surgir grupos de homens antissexistas que discutiam relações de gênero. Posteriormente, tais grupos começaram a se denominarem como pró-feministas, reservando o título de feminista às mulheres, protagonistas da revolução nas relações de gênero.

Além das contribuições do feminismo e do movimento de homens anti-sexista, o movimento de “Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros” (LGBT), a partir dos questionamentos em relação à heteronormatividade, trouxeram contribuições importantes a respeito da masculinidade hegemônica. Nesse sentido, conforme lembra Souza (2009), os movimentos feministas, LGBTs e negros, nos anos 1970, começaram a levantar questionamentos acerca da masculinidade hegemônica: branca e heterossexual, promovendo mudanças epistemológicas e generificando o homem padrão (cisgênero, branco, heterossexual, classe média e sem deficiência).

Nesse cenário, de acordo com Connel e Messerschmidt (2013), a assimetria de poder em relação à “heteromasculinidade” foi severamente criticada dentro do movimento LGBT, que desenvolveu análises sofisticadas da opressão do homem pelo homem. Nesse cenário, a liberação gay era percebida por parte do movimento, como uma afronta aos estereótipos de gênero, associados à heteronormatividade, já que como é discutido por Borrilo (2010), os homens gays, costumam “trair” as normas de masculinidade, através da homoafetividade e do seus comportamentos sexuais, fato que pode conferir às masculinidades gays, um caráter de resistência ao modelo hegemônico.

Apesar das críticas à “heteromasculinidade” promovidas pelo movimento LGBT, a análise das diferentes formas de masculinidade pareciam ainda escassa dentro dos

movimentos sociais, em geral. Entretanto, como analisa Medrado e Lyra (2008), a partir do rompimento com a discussão centrada na mulher, na década de 1980, por parte do feminismo, para discutir sobre as relações de gênero, que começam a aparecer, nesse mesmo período, com maior ênfase, produções pioneiras sobre homens e masculinidade.

Essas produções pioneiras, como lembra Souza (2009), alcançam um maior destaque nos anos 1980, ganhando força no Brasil a partir dos anos 1990. Foi inclusive nos anos 1990, que Daniel Welzer Lang (2001), começou a teorizar sobre a socialização masculina e o homem no seu processo de construção identitária.

A invisibilidade dos estudos sobre masculinidade até as décadas de 1980 e 1990 pode estar associada ao foco do feminismo, a questão das mulheres, concentrando seus esforços na compreensão da construção da feminilidade e opressão contra a mulher, com as mulheres se centrando em suas vivências, deixando o assunto das masculinidades em segundo plano.

Entretanto, essa situação também se deve, ao fato, como analisa Oliveira (1998), dos homens brancos, heterossexuais e de classe média tenderem a se perceber como um ser humano universalmente generalizável, não enxergando como gênero, raça e classe afetam suas experiências. Situação que parece ter desestimulado a participação dos homens na discussão do gênero, afetando os estudos da área.

No entanto, entre os anos 1980 e 1990, graças aos esforços, em especial, do feminismo e do movimento LGBT, o conceito de masculinidade hegemônica emerge e se consolida no campo acadêmico, com pesquisas sobre homens e masculinidade ganhando cada vez mais espaço, acompanhado pela realização de conferências, publicação de livros e revistas acadêmicas, expandindo-se na área dos estudos de gênero (Connel e Messerschmidt, 2013).

No contexto dos estudos de gênero, as críticas desenvolvidas por “teóricos/teóricas *queers*” como Judith Butler, em relação ao gênero como categoria identitária, marcaram o

movimento feminista, trazendo reflexões sobre a política de identidade construídas pelos movimentos sociais. A política de identidade, esteve fortemente presente nos feminismos tradicionais, que através de sua política representacional, construiu a categoria mulheres, que em última instância reforçava o que o movimento dizia combater, que é o estabelecimento de papéis e identidades rígidas a diferentes sujeitos.

Nesse sentido, conforme pontua Bento (2017), os movimentos sociais hegemônicos (militâncias tradicionais), alimentam certas estruturas de opressão, ao demandar políticas específicas para corpos específicos, alimentando uma visão essencializadora da identidade, que por sua vez, está por trás da construção das estruturas binárias e rígidas de gênero, fomentadoras da exclusão e da violência.

Em consonância com esse pensamento de Bento (2017), há autoras como Verena Stolcke, Judith Butler, Claudia Fonseca e Nancy Fraser, que alertam sobre o risco de se empregar a categoria identitária “mulher”, pois isso poderia favorecer a retomada de um essencialismo identitário, que direcionaria os feminismos na busca por uma “mulher de verdade”, na qual esse movimento social visa representar (Medrado e Lyra, 2008).

Apesar dessa crítica, autoras como Zanello (2018), podem sugerir uma espécie de adesão estratégica ao essencialismo identitário (essencialismo estratégico), apoiado em uma política de coalização entre diferentes mulheres. Ou seja, alguns/algumas militantes podem acreditar que em algumas situações, visando a garantia de direitos, adotar uma política de identidade, poderia ser majoritariamente benéfico ao movimento social, entretanto Butler (2003) faz um alerta, afirmando que o essencialismo estratégico pode ter desdobramentos para além do esperado por um movimento social.

Ainda em relação a questão identitária, Woodward (2000) destaca que a identidade é relacional, marcada pelo que o outro não é, a outra identidade, sendo a diferença estabelecida por uma marcação simbólica, além de não serem categorias fixas, homogêneas e nem

unificadas. Essas marcação simbólica da diferença, é o modo pelo qual a sociedade confere sentido a marcas corporais, práticas e a relações sociais, que ao se configurarem como fronteiras simbólicas rígidas, contribuem, por exemplo, para definir, quem é excluído e quem é incluído dentro de um contexto cultural (Madureira, 2010; Woodward, 2000).

Essas reflexões e críticas desenvolvidas por essas autoras, facilitaram a compreensão de que a emergência das diferentes identidades são historicamente produzidas e localizadas, contrariando visões que defendem que haja algo estabelecido e fixo na construção das identidades, (Madureira,2010; Sawaia, 2014; Woodward, 2000).

Porém, como comentado anteriormente, as contribuições teóricas de representantes da terceira onda do feminismo, como as discussões desenvolvidas por Judith Butler, não encerraram os debates sobre gênero, havendo ainda inúmeras posições possíveis dentro do movimento. No entanto, essas divergências teóricas dentro do feminismo mostram que o movimento, como qualquer outro empreendimento social, é um campo em disputa, que carrega tensões e conflitos no interior de seus núcleos, com perspectivas que algumas vezes se contradizem e se complementam. Fato que não anula as contribuições teóricas e sociais desses movimentos, mas sendo, portanto, o estudo das masculinidades herdeiro do feminismo, este também se configurará como um campo em disputa.

Dentro desse campo de tensões, como mencionado anteriormente, temos o abandono por parte do feminismo, da categoria mulher para categoria gênero, fortalecendo uma compreensão de que categorias como homem e mulher são relacionais. Associada a essa perspectiva, Parker (1991) analisa, que na sociedade brasileira, num recorte antropológico, os conceitos de masculinidade e feminilidade são definidos em termos de oposição, evidenciado que esses conceitos, ancorados no sistema binário de gênero, são categorias relacionais, na qual tudo que não é masculino é considerado feminino, se fazendo então necessário, para se

ter uma visão mais integral sob a constituição da feminilidade, estudar também a masculinidade e vice-versa, já que homens também tem gênero.

3. Masculinidade Hegemônica e Masculinidade Gay: Tensões e Relações de Poder

Se analisarmos, historicamente, a construção das masculinidades na realidade brasileira, percebemos a influência da colonização na consolidação de um modelo de masculinidade hegemônica. Durante a época do Brasil colônia (1530-1822), um modelo de família patriarcal é trazido, na qual o patriarca da família goza de absoluta liberdade sexual, política e econômica, tendo várias amantes, além da esposa, sob seu controle e direito à livre circulação nas vilas, como analisa Parker (1991).

Nesse contexto social, era comum o uso da força pelo patriarca para ordenar e administrar os negócios e a família. Com o poder concentrado em suas mãos, a figura do homem, nesse período, passa a ser associada à força, à virilidade e à superioridade, em oposição ao feminino (Parker, 1991). Nesse contexto colonial, os meninos brancos das fazendas, eram estimulados a terem precoces e variadas experiências sexuais com moças, principalmente escravas, a fim de “provar sua masculinidade”. Caso contrário, não teriam sua masculinidade reconhecida e poderiam receber alcunhas pejorativas como “donzelão” (Parker, 1991).

Nesse contexto, nota-se a construção de um modelo de masculinidade pouco flexível e a formação de hierarquias entre uma “verdadeira masculinidade” (na visão social) e outros modelos de constituição da masculinidade, como a masculinidade gay. No entanto as masculinidades gays, enquanto formas alternativas de exercício da masculinidade, se tornam mais emergentes, a partir da categorização e classificação da sexualidade em identidades específicas.

Antes da construção de identidades sexuais específicas, não poderíamos anacronicamente compreender a homossexualidade como um fenômeno relacionado ao que sujeito é, ou seja, a homossexualidade, não se referiria a uma parte do sujeito, mas sim uma prática relacionada a vivência da sexualidade (Costa, 1996; Louro, 2004).

Como menciona Macrae (1986), é difícil falar em uma essência homossexual, homogênea, que representaria todos os homossexuais e os diferenciariam dos heterossexuais. Ainda como destaca Macrae (1986), o significado social entorno do que denominados de homossexualidade, em termos de identidade individual (identidade sexual), só pode ser compreendido dentro de um dado contexto histórico-cultural.

Analizando esse contexto histórico-cultural, percebemos que antes do século XIX, as práticas homoeróticas eram consideradas condutas indesejadas, como qualquer outra, que qualquer um poderia vir a cometer (Louro, 2004). Porém, como analisa Foucault (1997), entre os séculos XVIII e XIX, através de verdades construídas pelas ciências sexuais (medicina, psiquiatria e pedagogia), há um investimento na construção de categorias identitárias em torno da sexualidade.

Conforme é discutido por Foucault (1997), a prática da confissão, típica de mosteiros, de caráter penitencial, que incide principalmente sobre o sexo, difundiu-se para outros domínios, como a medicina e a pedagogia, além de adentrar em outras relações, como entre médico e o paciente.

Ainda como lembra o autor, nessa nova conjuntura, que se delineia no século XIX, as “ciências sexuais” (medicina, psiquiatria e pedagogia), começam a se apropriar do sexo e construir verdades sobre esse tema. Ao se apropriar do sexo, como lembra Foucault (1997), essas ciências não se contentaram em somente abordar o ato sexual e descreve-lo, como na prática tradicional da confissão, mas de associar ao ato sexual e ao redor dele, os pensamentos, desejos e afetos que o acompanham e assim construir a sexualidade não somente como um ato, mas como expressão de um desejo e de uma essência, que posteriormente seriam patologizada, na história das sociedades contemporâneas.

É através das práticas discursivas, construídas pelas ciências sexuais, presentes nessa conjuntura política, que aparece a sexualidade, enquanto uma “verdade” sobre o sexo. Em

relação a contribuição das ciências sexuais na construção dessa realidade, Louro (2004) e Oliveira (1998) enfatizam, que é através dos discursos médicos, jurídicos e científicos, que descrevem, compreendem, explicam, regulam e normatizam a sexualidade, que a partir do século XIX, se constrói a sexualidade, discursivamente, como um elemento identitário.

Dessa forma, em termos de identidade individual, a homossexualidade, enquanto categoria identitária, foi produzida no século XIX, por diferentes ciências, que estabeleceram uma espécie de “perfil psicológico”, que definiu um tipo especial de sujeito, os homossexuais (Louro, 2004; Madureira & Branco, 2007; Oliveira, 1998). No decorrer da história, a definição desse “perfil psicológico” e o surgimento do conceito “homossexualidade”, marcado pela delimitação da sexualidade em categorias identitárias, passa a ser compreendida enquanto uma patologia, a mercê de intervenções terapêuticas (Madureira & Branco, 2007).

No entanto, possivelmente graças a resistência dos movimentos sociais e de setores da sociedade civil, ocorre a despatologização das sexualidades não-heterocentradas, na segunda metade do século XX, quando a American Psychiatric Association (APA) desclassificou a homossexualidade de sua lista de doença, acompanhada posteriormente (década de 1990) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Borrillo, 2010).

Porém a despatologização, parece não ter enfraquecido, pelo menos de forma significativa, a hegemonia de um modelo de masculinidade. Esse modelo, construído no Brasil, durante o período colonial, associado à atividade, à virilidade, à heterossexualidade, à dominação, à força, à agressividade e à racionalidade, foi se reformulando e se estruturando de diferentes formas até a contemporaneidade.

Em relação a contemporaneidade, as novas tecnologias culturais, como as revistas masculinas, reproduzem um modelo de homem viril, ilustrando, como analisa Nogueira (1986), um tipo ideal de homem, como sendo: rico, bem-sucedido, poderoso, amante de várias mulheres e que não sofre, nem sente angústia ou tristeza. Tal modelo parece ser, de

certa forma, uma reatualização da construção de um modelo de masculinidade, presente desde o período colonial.

Embora a masculinidade contemporânea não seja exatamente igual ao do período colonial no Brasil, a estrutura de masculinidade, no entanto, permanece, de certa forma, similar, ganhando algumas atenuações e especificidades. Dessa forma, esse modelo segue estimulando e reproduzindo determinadas hierarquias entre as masculinidades na contemporaneidade.

No cenário atual, em relação ao plano político-legislativo, essas hierarquias se expressam, como lembra Mesquita e Perucchi (2016), na resistência e no enfretamento a projetos de leis que equiparam os homens homossexuais e mulheres aos homens heterossexuais, dentro do Congresso Nacional. Já na esfera religiosa, essas hierarquias, como lembra as autoras citadas, se expressam nas hermenêuticas bíblicas dominantes, pautadas na inferiorização da homossexualidade.

Nesse contexto, para um homem homossexual “obter o status” associado à masculinidade hegemônica, este necessita reproduzir da maneira mais fiel possível, uma performance de gênero nos moldes da masculinidade hegemônica, ou seja, heterossexual, o que poderia ser feito com a dissimulação de sua “identidade sexual”. Esse fato demonstra a invisibilidade e depreciação das formas de exercer a masculinidade destoantes do modelo heterossexual, o que evidencia o caráter compulsório da heterossexualidade. Segundo Miskolci (2007):

Ninguém nasce heterossexual, é a sociedade que força a todos a assim serem. Por quê? Porque a heterossexualidade compulsória é a base de toda uma ordem que beneficia com poder os homens que subordinam as mulheres e não se relacionam amorosamente com outros homens. Em outras palavras, vivemos em uma época em

que a heterossexualidade é o meio privilegiado de socialização e apenas neste regime de verdade as pessoas são reconhecidas, aceitas e inseridas nas principais instituições sociais (p. 57).

Diante desse cenário, não é de se estranhar que homossexuais dissimulem sua “identidade sexual”, visando, não necessariamente de modo consciente, se integrarem à vida social e serem assimilados pelo regime de masculinidade normativo, ancorado no sistema binário de gênero e na heteronormatividade.

A dissimulação da própria orientação sexual, em um contexto sociocultural mais amplo, está associado à construção de uma rede intrincada de “ditos” e “não-ditos”, requerendo, em alguns momentos, menor ou maior investimento pessoal no ocultamento da orientação sexual por parte de pessoas que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas (Madureira & Branco, 2007).

Essa dissimulação identitária, que marca a existência do homem gay, foi denominada por Sedgwick (2007), como epistemologia do armário, segundo a autora, este é um elemento formador na vida de homens e mulheres homossexuais, já que impacta na sua constituição como sujeito. Tal elemento, também opressor, se estabelece no ocidente a partir da construção dicotômica e hierárquica das identidades sexuais (heterossexual/homossexual).

Diante desse cenário, a masculinidade homossexual é profundamente afetada pelo padrão hegemônico, sendo classificada socialmente como uma sub-masculinidade, pouco viril, com o homossexual recebendo o status de “menos homem” ou pouco másculo. Ou seja, no sistema binário de gênero, entrelaçado à heteronormatividade, a masculinidade é pensada a partir de uma matriz heterossexual, criando uma zona de inteligibilidade cultural, em que os homossexuais masculinos são compreendidos como machos biológicos que “falharam” em exercer sua masculinidade, principalmente se for passivo, já que passividade está associado

ao feminino, mostrando o que o “verdadeiro homem” não pode ser. Criando-se então, um limbo onde o homossexual se encontra em um espaço ambíguo entre a masculinidade e a feminilidade (Parker, 1991).

Nessa conjuntura, há a alimentação da violência em relação aos homens gays, como ditos populares e “piadas” homofóbicas, como “homem que é homem bate em viado”, que produzem um modelo de masculinidade hegemônica ideal, mas irrealizável, exercendo, porém, um importante papel no processo de constituição de identidades masculinas (Connel, 1995; Junqueira, 2009).

Essas “piadas” e expressões populares mostram, como o preconceito em relação aos homossexuais, é parte constitutiva da masculinidade hegemônica. Como analisa Borriolo (2010), a socialização do homem, pautada na competição, agressividade, controle dos sentimentos e homofobia, transforma esses itens em elementos constituintes da identidade masculina. Embora as representações hegemônicas de masculinidade, cristalice um modelo rígido, há diversas formas de exercer as configurações da masculinidade, conforme afirma Connel (1995):

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de masculinidades (p.188).

Entretanto, como evidenciado nos parágrafos anteriores, a pluralidade ou as várias maneiras de construção das masculinidades, altamente singulares, são apagadas por um padrão hegemônico, apresentado como universal. A partir disso são criadas relações de poder entre diferentes masculinidades, em que essas diversas masculinidades são subordinadas pelo modelos hegemônico de masculinidade.

Antes de analisarmos as relações de poder existente entre as formas de exercício das masculinidades, em especial, a masculinidade hegemônica e as masculinidades gays, cabe destacar, que nesse trabalho, se compreenderá o poder a partir de uma perspectiva foucaultiana. Sobre essas perspectiva, Foucault (1996) destaca a importância de:

(...) não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (p.103).

Conforme o exposto, numa perspectiva foucaultiana, o poder não é compreendido, como uma elemento que esteja sob a posse de alguém, que o detém e o usufrui, mas formas díspares de controle, dessa forma, o poder não teria uma essência nem uma natureza específica. Conforme analisa Souza e Garcia (2007), o poder não é algo que está sob a posse de alguém, mas exercido a partir da relação, ou seja, o poder é uma relação, que pode ser exercido de diferentes formas, onde qualquer sujeito pode vir a exercê-lo.

Ainda como analisa Foucault (1996), diferentes sujeitos são submetidos a relações poder por meio da produção de verdades, ou seja, a partir de determinados discursos, que

constroem verdades, em dado contexto social. Podemos compreender, que os discursos sobre masculinidade, presentes em nossa sociedade, constroem relações de poder entre homens e mulheres e entres diferentes homens.

Como é discutido por Amarantes e Caldas (2012), as pessoas podem, ao mesmo tempo, exercerem e serem alvos do poder, considerado a relação que esteja sendo analisada, ainda mais quando se leva em conta que, para Foucault, não existe um sujeito único, com um eu unificado, mas um sujeito fragmentado. Análise que é coerente com a perspectiva intersseccional, adotada nesse trabalho, que considera que não existe um sujeito universal e homogêneo, mas um sujeito atravessado por diversos marcadores sociais, como gênero, raça e sexualidade, que o posiciona de forma específica no cenário social.

Desse modo, considerando a definição de poder proposta e considerando as identidades múltiplas dos sujeitos, homens gays de classe média alta, por exemplo, podem ser subalternizados, numa relação de poder com homens heterossexuais, mais próximos do padrão hegemônico, ao mesmo tempo, que exercem relações de opressão em relação a outras masculinidades, como de gays afeminados da periferia.

No que tange as múltiplas masculinidades e suas relações de poder, Connel (1995), sinaliza que, há as masculinidades que poderíamos denominar de cúmplices e subordinadas. Segundo a autora, as masculinidades cúmplices são aquelas que embora não defendam explicitamente o modelo hegemônico agem de forma conivente com esse modelo, já as masculinidades subordinadas, na qual se encontra as masculinidades gays (masculinidades não-hegemônicas), são aquelas marginalizadas em prol do modelo hegemônico. Ainda segundo Connel e Messerschmidt (2013) “Masculinidades não hegemônicas existem em tensão com, mas nunca penetram ou impactam a masculinidade hegemônica. Há, então, uma representação dualística das masculinidades” (p.260).

Essas relações de poder se expressam também no plano territorial, onde os homens

heterossexuais, mais próximos do padrão hegemônico, ocupam os principais centros das cidades, circulando livremente pelo espaço público, onde a maioria dos eventos sociais são voltados a si, como festas, onde os mesmos podem manifestar sua “heteroafetividade” de forma quase irrestrita. Ao contrário dos homens gays, que expressam sua afetividade, “em guetos homossexuais”, em pontos estratégicos da cidade, sendo a maioria dos eventos sociais, fora do gueto, como festas populares, não voltados a eles, onde os mesmos enfrentam restrições bastante rígidas quanto a expressão da homoafetividade.

Segundo MacRae (2005), o gueto, que corresponde a espaços de convivência homossexual e sociabilidade homoerótica, é um espaço importante, pois propicia que homens gays consigam se afastar do medo e da culpa, reforçados por ameaças de desemprego e ostracismo, no contexto social mais amplo, além de promoverem, com que os mesmos, na vivência desse gueto, vivenciem de forma mais “autêntica” a homossexualidade, testando uma nova identidade social (homossexual).

Segundo MacRae (2005), a vivência da identidade homossexual no gueto pode estimular o indivíduo a assumi-la fora deste espaço, transformando o centro urbano heterocentrado em espaços de homossociabilidade também. Embora, como é analisado pelo próprio autor, parte do mercado tenha se apropriado do gueto, visando principalmente o lucro, transformando esse espaço em mercado e o homossexual em mercadoria.

Outro impacto das relações de poder entre as masculinidades no cenário territorial é a forte associação da identidade homossexual ao espaço urbano, principalmente as grandes metrópoles. Como analisa Teixeira (2015), a fim de fugirem de comunidades rurais, cuja vigilância sobre os corpos se expressa (supostamente) de forma mais constante, para as grandes cidades, esses sujeitos teriam a promessa de maior independência sobre seus corpos.

Desse modo, as cidades, através dos guetos, como banheiros e parques públicos, aliado a promessa de garantia de anonimato, mobilidade, maior número de parceiros para

relações homoeróticas e maior tolerância, facilitará com que a homossexualidade se associe cada vez mais ao espaço urbano, principalmente as grandes capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e São Francisco, fazendo com que a dicotomia rural/urbano se torne presente na formação identitária gay masculina (Teixeira, 2015).

Nesse contexto, o cenário rural, é visto quase que como incompatível para vivência da homossexualidade e construção da identidade gay masculina, embora isso não se mostra tão factível, com os aplicativos de sociabilidade gay por geolocalização diluindo cada vez mais essas fronteiras (Teixeira, 2015).

Como evidenciado, a hegemonia de um modelo de masculinidade, não ocorre de forma pacífica. Como é problematizado por Souza (2009), a masculinidade hegemônica constrói e mantém sua hegemonia, muitas vezes, através da desqualificação das outras masculinidades, mantendo seu status e apontando outras masculinidades como subalternas e defeituosas. Embora a manutenção dessa hierarquia e das relações de poder, historicamente estabelecidas, forneça privilégios aos homens que estão próximos do padrão hegemônico, esta manutenção também gera custos ao próprio grupo social que mantém essa hegemonia, além de trazerem implicações, em nível subjetivo, aos homens gays.

No entanto, esse fato nos revela a necessidade de desestabilizarmos o conceito de masculinidade, evidenciando sua artificialidade. Ou seja, revelar a masculinidade, que é vista como um conjunto exclusivos de práticas e características, que são naturais, próprios daqueles indivíduos identificados como machos, são, na verdade, construções histórico-culturais, que podem ser reconstruídas de diferentes formas.

As masculinidades dissidentes do modelo hegemônico, apontadas como subalternas e “defeituosas”, por diversos círculos sociais, obviamente, não são naturalmente inferiores ao modelo normativo, mas confinadas nesse espaço historicamente, por meio dos discursos produzidos em nossa sociedade. Cabe lembrar, ainda que o termo identidade, é usado aqui,

como demarcações sociais sobre um conjunto de práticas ou performances em torno de um eixo, como a masculinidade. Ou seja, um conjunto de práticas, significadas pela cultura, que demarcam identidades e constroem relações de poder, no âmbito da masculinidade.

Dessa forma, baseado nas premissas de Connel (1995) e na discussão pós-identitária desenvolvida por Butler (2003), compreenderemos as masculinidades como um conjunto de práticas ou performances exercidas por diferentes sujeitos no contexto social, em torno da categoria homem, que lhe conferem uma determinada identidade no cenário social. Ou seja, a masculinidade seria um conjunto de atos em torno de signos associados à masculinidade, que produzem significados, no contexto social, fazendo as pessoas serem percebidas como “homens legítimos”.

Essas performances, ao serem reproduzidas de modo repetido no cotidiano, criam a noção de uma identidade masculina fixa e essencial, como se o indivíduo “nascesse” homem (identidade de gênero masculina). Mostrando, portanto, as profundas articulações existentes entre performances e identidades de gênero.

4. Subjetividade e Processos de Subjetivação

Levando em consideração que o conceito de processos de subjetivação tem forte influência foucaultiana, dialogaremos então, nesse trabalho, com as contribuições da perspectiva de Foucault em relação a esse tema, traçando pontes e diálogos entre suas análises e os pressupostos da psicologia cultural. Começemos, então, pela perspectiva foucaultiana.

Na perspectiva foucaultiana, conforme define Revel (2005), subjetivação é o processo de constituição do indivíduo como sujeito, mas especificadamente, a constituição de uma determinada subjetividade, sendo os processos de subjetivação, relacionados a dois modos de análise: o assujeitamento e os “novos” processos de subjetivação, que rompem, de alguma maneira, com processos de assujeitamento as normas sociais vigentes. O assujeitamento é marcado pelo processo em que o indivíduo se torna sujeito, ao assumir identidades e reificar as normas que o constituem como sujeito no cenário social, já as “novas” produções subjetivas, são marcadas pelos domínios das técnicas de si, em que o indivíduo, se constitui como sujeito, ao se colocar como referência de si, se autoconstruindo, fazendo da sua vida sua própria obra de arte (estética da existência), uma produção inventiva de si, que permite novos processos de subjetivação, para além do assujeitamento (Revel, 2005).

Conforme analisa Revel (2005), no assujeitamento os modos de subjetivação operam como modos de objetivação, concretizando no plano individual as produções de verdade. Ou seja, subjetividades que produzem aquilo que os discursos de verdade alegam apenas representar. Um exemplo desse assujeitamento, está nas performances de masculinidade de muitos homens, que se constituem como sujeitos e se colocam como tal a partir da reiteração das normas de gênero, assujeitando-se a essas normas.

Já na esfera de outras formas de subjetivação, pautadas no domínio de si, o sujeito, por meio de técnicas de si, constitui-se como sujeito de sua própria existência, nesse sentido

os modos de subjetivação, correspondem a novas formas de subjetivação, que pode provocar rompimentos com os processos de assujeitamento (Revel, 2005). Um exemplo desses novos processos de subjetivação (modos de ser sujeito), pautado no domínio de si, corresponde a sujeitos que criam suas próprias normas de gênero, construindo uma masculinidade singular (produção inventiva de si), sem priorizar as normas gerais, criando uma forma única de vivenciar seu gênero (estética da existência). Desse modo, esse sujeito está transgredindo normas sociais, criando espaços próprios de subjetivação e rompendo com processos de assujeitamento.

Em relação ao assujeitamento, este se mostra como algo paradoxal, pois ao mesmo tempo que insere o sujeito dentro das normas, cria também, meios de sua transgressão, porque o poder tem um efeito produtivo mas também constitutivo, de modo que ao transcender o caráter repressivo, esta pode suscitar resistências, através da possibilidade de constituição de novos modos de ser sujeito (Foucault, 1996; Ramminger & Nardi, 2008). Ainda segundo os autores, ninguém se adapta completamente as normas, há sempre algo que resiste, que escapa. Por isso, podemos pensar que dentro do contexto social, perpassado pelas relações de poder e resistência, o sujeito é muitas vezes tencionado, a produzir novos modos de subjetivação, que escapem as normas, se colocando, de forma mais “autêntica” como protagonista de sua própria existência, rompendo de diferentes formas com os processos de assujeitamento.

Por isso, como menciona Strega (2016), em uma perspectiva foucaultiana, podemos pensar a subjetivação, também, como uma prática de resistência dentro das relações de poder, pois a partir do momento que o sujeito opera, não mais centrado nas normas e no poder disciplinar, mas na produção de sua própria existência, de modo singular, este exerce resistência ao poder. Nesse sentido, Peres (2009), classifica os modos de subjetivação de duas

formas: Modos de subjetivação normatizadores e singularizadores, o primeiro relacionado a processos de assujeitamento as normas sociais e o segundo como processos de resistência.

Desta forma, ao romper com as normas sociais, priorizando a si como espelho de sua existência, ao pensar para fora do que a norma impõe, o sujeito está criando modos de subjetivação, que podem operar rompimentos com o assujeitamento, criando formas de resistência, no âmbito das relações de poder. Ou seja, na concepção foucaultiana, segundo compreensão do autor desse trabalho, o indivíduo pode criar formas de subjetivação que o conduzam ao assujeitamento ou ao controle de si, produzindo novas subjetividades. Porém o sujeito nunca se assujeita por completo, está sempre a resistir, a produzir novas formas de subjetivação. Por isso subjetivar-se liga-se a resistência, como sinaliza Souza (2004):

No contexto das práticas de liberdade, o conceito de resistência em Michel Foucault mostra-se assim diretamente ligado ao de subjetivação, na medida em que resistir e subjetivar-se remetem a um modo de produção de sujeito cujas relações de força agem tencionando-se, mas nunca obstruindo-se. Este é o próprio da liberdade que abre espaço para a subjetivação e não para o assujeitamento. Se o assujeitamento é um fato historicamente inexorável, não deixar-se assujeitar é resistir é abrir-se a outros modos de ser sujeito, ainda que desconhecidos (p.42).

A produção da subjetividade não deve ser compreendida como a expressão de algo essencial do sujeito ou como tendo uma origem específica, mas algo processual, situado em um contexto sócio histórico, que é evidenciada pela noção de subjetivação em Foucault (1989,1990) citado por Prata (2005), que está sempre acompanhada por palavras como formas, modos e processos, que indicam seu caráter construtivo e contínuo, nunca acabado, sempre a devir (Prata, 2001, 2005).

Conforme analisa Prata (2005), os modos de organização subjetiva estão relacionadas aos padrões normativos de determinado contexto histórico, ou seja, ela não seria transhistórica e universalmente válida em qualquer espaço/tempo, de modo que as contingências históricas se alteram e as formas de sujeição, transgressão e subjetivação também.

Cabe agora, destacar que, por estar ancorado nos pressupostos da psicologia cultural, se constrói nesse trabalho, pontes interdisciplinares com as concepções de Foucault, dialogando com alguns pontos de sua análise e os ancorando a uma perspectiva psicológica sociogenética.

Primeiro ponto a se mencionar, nesse diálogo, é que nas produções de base foucaultiana, discutisse muito sobre a produção de subjetividades, mas o termo produção, empregado dessa forma, principalmente quando fala-se em assujeitamento, pode levar à interpretação, de que haja uma relação direta das instituições e práticas discursivas numa sociedade e um determinado modo de existir no mundo, diferente de numa visão baseada na psicologia cultural, onde as práticas culturais aliada aos signos constituídos pela cultura, canalizam o modo de ser e sentir do sujeito, não produzindo, mas facilitando com que o indivíduo construa um determinada forma de existir no mundo, de modo que seria mais adequado falar que as práticas culturais canalizam a percepção do sujeito, mas não as produz. Por isso adota-se nesse trabalho o termo canalização cultural (Valsiner, 2012).

Dessa forma, construindo possíveis “pontes” entre Foucault e a psicologia cultural, aqui se reconhecerá, de forma mais explícita, o caráter ativo do sujeito na constituição de sua subjetividade, valorizando, de forma mais evidente, seu papel nesse processo. Desse modo, adota-se uma compreensão que se distancia, de um modelo unidirecional de transferência cultural criticado por Valsiner (2012), presente em algumas interpretações radicais das correntes pós-estruturalistas e do construcionismo social.

Como analisa Valsiner (2012), numa visão unidirecional de transferência cultural, o indivíduo, é considerado, como um “recipiente”, que recebe as mensagens culturais, sem reorganiza-las psiquicamente, ao contrário de um modelo bidirecional coconstrutivo, defendido pelo autor, onde o sujeito age diante das mensagens culturais, as transformando de modo ativo. Com essa compreensão, o presente trabalho buscará explicitar o papel ativo do sujeito na perspectiva foucaultiana.

Dessa forma, dialogando com Valsiner (2012) e Molon (2003), os sujeitos são constituídos a partir das relações sociais, mediados semioticamente, porém não são eles, produtos dessas relações, o sujeito expressa algo do social, mas não é ele o reflexo do social, mas é quase social, estando em interface com o social, na dialética entre interpsicológico e intrapsicológico. Ou seja, o sujeito se constitui através do outro, porém a partir da relação com o outro elabora sentidos e significados no plano intrasubjetivo. Nesse contínuo jogo dialético, interpsicológico/intrapsicológico, cria-se novas formas de mediação semiótica, que guiam o sentir, o pensar e o fazer do sujeito.

Exemplificando, um sujeito, inserido em um contexto cultural patriarcal, a partir das relações com os outros, tenderá a constituir sua subjetividade tendo os valores patriarcais como referência, ao mesmo tempo, que atribui significados em torno desses valores, criando configurações subjetivas singulares, o que evidencia, portanto, a dialética, entre intersubjetivo e intrasubjetivo.

Então, dialogando com as contribuições de Foucault, entenderemos o assujeitamento, alinhado aos pressupostos da psicologia cultural, como um modo de existir, em adequação às normas culturais, onde o sujeito opera, a partir dos signos linguísticos, presentes em um contexto cultural, de modo ativo e coconstrutivo, ou seja, o assujeitamento não ocorre de forma passiva, mas de modo dinâmico, com a participação do sujeito. Cabe lembrar ainda, que o sujeito está o tempo todo produzindo sentido e significado em relação as

suas experiências, ora reiterando as normas sociais, assujeitamento, ora resistindo as normas e produzindo novas formas de subjetivação, sempre de modo, ativo e dinâmico, compreensão distante, de algumas interpretações sobre as contribuições de Foucault.

Embora uma pessoa se identifique, por exemplo, com o modelo hegemônico de masculinidade e aja reiterando as normas de gênero, este sujeito vai a partir de suas experiências com o mundo produzir sentidos e significados em relação as suas vivências, sentidos esses que podem convergir com as normas de gênero (assujeitamento) ou podem abrir espaços para novas formas de subjetivação.

No processo de assujeitamento, embora centrado na reificação das normas, o sujeito também produz sentido e significado em relação as suas experiências, que pode mobilizar novas produções subjetivas, trazendo a possibilidade de emergir processos de resistência a essas normas, considerando a participação ativa e coconstrutiva do sujeito, na relação com a cultura e na construção de sua cultura pessoal (Valsiner, 2012).

Aproveitaremos então algumas contribuições das perspectivas apresentadas, psicologia cultural e perspectiva foucaultiana, para compreender os processos de subjetivação como o que o sujeito produz, em termos de sentido e significado, a partir da relação com o outro e com o contexto cultural, podendo ter um caráter de assujeitamento ou não, tendo a possibilidade de adquirir um caráter de resistência, no que tange as relações de poder, quando o sujeito opera para além do assujeitamento as normas sociais. Além disso, se acrescenta, ancorado na perspectiva sociogenética da psicologia cultural, a dimensão dialética dos modos de subjetivação, onde o sujeito age produzindo mudanças na cultura e sendo modificado por elas, de modo ativo, dinâmico e coconstrutivo.

Conforme é discutido por Molon (2003), na perspectiva histórico-cultural de Vigotski e colaboradores, há a ênfase na constituição semiótica do sujeito, na qual este se constitui pelo outro e pela linguagem, por meio de processos de significação. Evidencia-se, portanto, a

importância da participação do outro na constituição do sujeito e sua subjetividade, constituição que implica a reciprocidade, a mutualidade e a organização semiótica.

Cabe lembrar, como argumenta Molon (2003), que o sujeito se constitui na e pela interação com outros atores sociais, de maneira ativa, pois o que o indivíduo aprende nessa relação não é algo que ele “absorve” e armazena em sua cabeça, pois não é ele uma mera reprodução do social.

Embora os contextos socioculturais tenham um papel central na constituição do sujeito, seu papel ativo em relação ao seu processo de desenvolvimento não pode ser desconsiderado, como lembra Valsiner (2012), no seguinte trecho “Alguns autores defendem, por vezes muito enfaticamente, que o desenvolvimento humano é um processo de coconstrução. Como tal, envolve tanto a pessoa ativa quanto o ambiente ativo, vindo a ocorrer no encontro entre esses diferentes níveis” (p.57).

Dessa forma, entende-se a subjetividade como construções que acontecem a partir da relação do sujeito com o outro, influenciando e sendo influenciado pelas produções subjetivas, construídas pelo sujeito imerso em um contexto social específico. Desse modo, é enfatizado o caráter ativo do sujeito, que está constantemente na possibilidade de romper o assujeitamento, por participar do seu processo de desenvolvimento e nunca se deixar cooptar por completo pelas instituições.

Apesar da cultura não determinar, de forma linear, a reprodução hegemônica de discursos que contemplam apenas um modelo legítimo de masculinidade, ou seja, certas produções de verdade sobre a masculinidade, em nosso contexto social, normatiza a identidade masculina, gerando formas de subjetivação aos modelos dissidentes, que originam a marginalização e o sofrimento psíquico de diferentes sujeitos.

4.1. Processos de subjetivação gay no contexto da masculinidade hegemônica

Como é discutido por Woodward (2000), as pessoas vivem em sociedades perpassadas por diversos significados culturais, dentro desse contexto as posições assumidas por elas constituem sua identidade, ou seja, a partir da identificação das pessoas com determinados signos presentes na cultura, esta constitui sua identidade. As identidades, entre elas a de gênero, assumidas no cenário social são também frutos de um contexto histórico-cultural, essas identidades são constantemente reiteradas pelas práticas cotidianas, que reproduzem o “heterossexismo” e promovem uma canalização cultural, em direção ao estabelecimento de fronteiras simbólicas rígidas entre homens e mulheres na constituição da suas identidades de gênero (Madureira, 2010).

Nesse sentido, podemos afirmar, como lembra Lauretis (1994), que o gênero, como representação, é produto de distintas tecnologias sociais, como o cinema, os discursos sociais, as epistemologias e as práticas institucionalizadas, que podemos denominar como tecnologias de gênero, pois são esses elementos que vão criando condições da materialização do que denominamos de gênero. De forma mais específica, segundo Zanello (2018):

As tecnologias de gênero são portanto, um importante fator constituinte dos dispositivos, os quais configuram caminhos privilegiados de subjetivação. Elas interpelam *scripts* culturais (do tornar-se pessoa homem ou mulher em nossa cultura), performances de gênero, e ocorrem em múltiplas esferas que vão desde as produções simbólicas, midiáticas a regras de comportamento da vida cotidiana (p. 56).

Dessa forma, as tecnologias de gênero, se configuram como mecanismos privilegiados de subjetivação, uma vez que as representações sociais sobre a masculinidade se configuram como um dos principais meios de subjetivação dos homens. Essas

representações sociais de gênero atingem todos os grupos, desde heterossexuais a gays, causando alternativamente impactos, em termos subjetivos, a esses homens. Um desses impactos pode ser a preocupação dos homens em relação à adequação ao padrão hegemônico de masculinidade.

Segundo Keller et al. (2015), a adequação ao padrão hegemônico (branco, heterossexual e viril) deixou de ser uma preocupação exclusiva de homens heterossexuais e passou a ser almejada por homens homossexuais. Essa situação se explicita por meio da figura do homem gay, que se recusa a se associar a qualquer signo relacionado à homossexualidade, apresentando-se como “discreto”, além da exaltação de características associadas à masculinidade hegemônica em diversos contextos, mas principalmente nos aplicativos de sociabilidade gay.

Desse modo, podemos perceber, dialogando com as análises desenvolvidas por Zanello (2018), que os aplicativos de sociabilidade gay agem como tecnologias de gênero e sexualidade na produção de uma masculinidade homossexual normativa (homonormatividade), fazendo com que a hipervalorização de características associadas à masculinidade hegemônica surjam como processos de subjetivação nesses cenários. Processos de subjetivação que representam uma forma de assujeitamento às normas de gênero.

Ademais, esse culto à masculinidade hegemônica e a incorporação desse modelo de masculinidade, por homens gays, constitui ao meu ver, uma prática assimilacionista, muito presente dentro da comunidade gay e até nos movimentos LGBTs. Prática essa, que ao invés de contribuir com a desconstrução do sistema, busca se integrar a ele. Também podemos compreender o assimilacionismo, de acordo com Borrilo (2017), da seguinte forma:

(...) não devemos esquecer que a assimilação é o oposto da diversidade: assimilar significa digerir a diferença, fazê-la desaparecer de maneira irreversível, ser incorporada e absorvida. Assimilar é também integrar (do latim *integratio*: íntegro/não corrompido), mas: o que deve integrar a diversidade? Onde ela deve ser dissolvida? Na ordem social da cultura patriarcal e heterossexista. Uma vez digeridos, a mulher se torna um homem como qualquer outro, assim como o gay ou a lésbica se torna um hétero como qualquer outro (p.18).

De acordo com a análise expressa no trecho acima, pode-se perceber que o indivíduo homossexual, que cultiva praticas assimilacionistas, vai, em última instancia, ser dissolvido pela cultura dominante, se tornando quase um representante legítimo dessa cultura, ou seja, um heterossexual. Um exemplo disso são homens cisgêneros casados com mulheres cisgêneras, que tem amantes homossexuais clandestinamente, ao mesmo tempo que repudia qualquer signo associado à homossexualidade e enaltece características associadas à masculinidade hegemônica.

Nesse exemplo, vemos que tais homens homossexuais, se assimilaram tanto ao sistema, que começaram a ser dissolvidos por ele e ter sua identidade apagada. Ou seja, esses homens se assimilaram casando com mulheres cisgêneras e heterossexuais, se assimilaram mais, incorporando e enaltecendo as características associadas à masculinidade hegemônica, se assimilaram mais ainda, repudiando a homossexualidade e qualquer coisa associada a ela. De tanto se assimilarem, acabaram perdendo sua singularidade e se tornando quase um representante padrão da cultura dominante, ou seja, um homem heterossexual que reproduz o modelo de masculinidade hegemônica.

Cabe lembrar ainda, que a assimilação não deve ser vista como uma escolha livre, consciente e deliberada do homossexual em nossa cultura heteronormativa. Muitas vezes, os

homens gays acabam se assimilando sem ter consciência dessa assimilação, devido em grande parte aos discursos hegemônicos sobre masculinidade, que domestica os corpos gays, através do assujeitamento, ou seja, através da constituições de subjetividades que internalizam e reiteram as normas de gênero. Cabe citar também, os homossexuais que, por medo da violência homofóbica ou por pressões sociais, acabam por investir esforços em tentativas de se assimilar ao sistema.

Porém, não só de assimilacionismo viverá o homem, mas de processos de resistência também, que também ocorrem no interior da cultura dominante. Um desses processos ou mecanismos de resistência, construído no seio das culturas homossexuais, é a estética *camp*, que como menciona Dawson (2015), se refere ao exagero, à teatralidade e à afetação no comportamento de homens gays, considerado uma parodização dos padrões de gênero. Rompendo, portanto, a seriedade desses padrões e promovendo o questionamento deles pelo exagero e pelo bizarro, usado também como termo perjorativo aos gays afeminados. Essa forma de resistência, é mencionada em uma reportagem do jornal “Lampião da Esquina”¹⁰, da seguinte forma:

Eles não podem ser homens no sentido em que os heterossexuais definem a masculinidade; acima de tudo, não podem ser homens porque não dormem com mulheres nem geram filhos. Entre os valores da virilidade que não questionam e o desespero por não terem aparentemente alternativas, os gays exorcizam sua frustração através do comportamento **camp**. Nos Estados Unidos de até alguns anos atrás, não era esta uma maneira particularmente eficiente de acabar com a opressão, mas pelo menos um velado desafio contra uma sociedade que os humilhava.

¹⁰ Jornal Lampião da esquina, ensaio Gay-macho: uma nova tragédia americana? De autoria de Seynour Kleiberg. Edição 08, janeiro de 1979, p.8.

Como mencionado na matéria do jornal citado ¹¹, tendo sua masculinidade marginalizada, alguns gays podem, em decorrência da imposição social, de um modelo de masculinidade, investir na contestação, na parodia de gênero e na estética “*camp*”, ou seja, já que aos homens gays, principalmente passivos e afeminados, tem muitas vezes, no âmbito social, a possibilidade de se definirem pela categoria identitária homem negada, considerados como indivíduos que estão associados aos signos de feminilidade, estes, então, se apropriam desse signos, mas de maneira caricata, excêntrica e debochada, expondo a categoria ao ridículo e ao bizarro, questionando desse modo sua naturalidade.

Ainda em relação ao *camp*, há os que creem que ele seria uma forma de reação a heteronormatividade, através da exacerbação de estereótipos de gênero e sexualidade, que no seu modo mais radical, se encontra expresso no fenômeno das *drag queens* ¹²(Oliveira, 1998). Cabe mencionar ainda, que na cultura *camp*, os homens mais próximos do padrão hegemônico, são ridicularizados, nos seus papéis de “machões”, enquanto as mulheres através de performances caricaturadas e parodização de “comportamentos femininos” teriam seu papel de submissão e objetificação denunciados, já que o exagero da performance explicitaria esta situação (Oliveira, 1998).

Entretanto, a contestação positiva e o caráter subversivo do comportamento *camp* podem “cair por terra”, ao considerarmos, que ao produzir o *camp*, os gays, sempre tomam como referência as normas, repetindo o que já existe sem criar algo novo, introjetando os valores heteronormativos. O que pode, de alguma maneira, reforçar as normas de gênero (Oliveira, 1998).

No entanto, de acordo com as análises de Butler (2003), a arte *drag queen* (transformista), considerada como uma expressão do comportamento *camp*, expõem a

¹¹ Ensaio da revista Lampião da Esquina, disponível no acervo da Ong Grupo Dignidade em : <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

¹² Segundo Dawson (2015), podemos definir drag queen/king como : Performer Artístico que usa vestuário e se inspira numa estética considerada própria do sexo oposto.

artificialidade do sistema sexo/gênero, ao produzir o feminino e parodiá-lo, sem presumir a existência de uma identidade original a qual as drags imitam, brincando com as normas que estabelecem que um gênero decorre de um sexo. Nesse contexto, um homem, ao montar-se como *drag queen*, produz performaticamente a feminilidade, mostrando que não existe uma essência da qual o gênero emerge, mas uma construção do gênero, pois para parodiar o gênero, a *drag queen* o constrói, denunciando a feminilidade como uma produção não uma essência.

Considero, então, que a estética *camp*, expressa na arte *drag queen*, tem um caráter majoritariamente subversivo, diante dos modelos de gênero normativos. Embora possam, em alguns momentos, reificar normas de gênero, no geral, a arte *drag queen* (transformista) se configura como um ato de resistência.

Outra forma como a institucionalização do nosso atual modelo hegemônico de masculinidade impactam os homens, subjetivamente, é em relação a afetividade. Embora a demonstração de afeto entre homens se mostre aparentemente proibida no exercício da masculinidade hegemônica e suas masculinidades cúmplices, como as masculinidades militarizadas, essa proibição é relativizada em certos contextos, como, por exemplo, no futebol.

Como denuncia Bandeira (2012), embora o futebol seja marcado significativamente pela reprodução da homofobia, é nesse contexto que aparecem significativas manifestações de afeto entre homens, como nos rituais de torcidas, onde acontece uma série de atos que não convergem com as masculinidades viris e o modelo de masculinidade hegemônica. Não só no futebol, mas nos processos de socialização, quando começa a se juntar com outros meninos, o homem, atravessa uma fase de homosociabilidade, onde exerce fortes pressões para viver momentos de homoerotismo, com “competições de pintos”, excitações sexuais coletivas, masturbação grupal, etc (Walzer-Lang, 2001).

Além do futebol e do período inicial de socialização masculina, há outros contextos onde os homens exercem atos que destoam do modelo hegemônico, como em enterros, onde a situação de luto, permite ao homem abraçar outros homens e proferir palavras de alento e cuidado. Poderíamos considerar esse fenômeno, como uma guetificação dos afetos, já que se muitos homens heterossexuais só se sentem à vontade e legitimados a expressar seus afetos, em torcidas esportivas, velórios e momentos específicos de sua socialização, então entendemos que esses homens estão criando guetos (torcida, velório, etc) para expressar seus afetos. Portanto guetificando-o.

Esse contexto cultural, ambíguo de exercício da masculinidade, canaliza (Valsiner, 2012) os homens tanto heterossexuais quanto gays, tanto em termo sociais quanto subjetivos, a restringir a expressão de seus afetos, elegendo e frequentando espaços que legitimem sua expressão, no caso dos homens heterossexuais o futebol, no caso dos homossexuais as saunas e bares clandestinos. Desse forma, o homem gay parece bastante próximo do homem heterossexual, pois ambos vivenciam sua masculinidade guetificando seus afetos.

Outro impacto subjetivo, proveniente das relações de poder entre os diferentes modos de exercer a masculinidade, é a construção do preconceito contra si ou homofobia internalizada, expressa no sofrimento psíquico e na busca de homossexuais por práticas de “reorientação” sexual. Conforme desenvolvido em sua discussão teórico-conceitual, Madureira (2007a, 2007b, 2012), o preconceito é uma fronteira simbólica rígida, construído historicamente, com forte enraizamento afetivo e com grande potencial de criar hierarquias de dominação e subordinação entre grupos sociais. Os preconceitos, muitas vezes, são materializados em atos de discriminação.

Tanto a hipervalorização de aspectos relacionados à masculinidade hegemônica, quanto a guetificação dos afetos, o preconceito e as formas de resistência aos modelos de gênero hegemônicos, expressos pela estética *camp*, são modos de subjetivação possíveis, no

cenário de institucionalização de um modelo hegemônico de masculinidade. Obviamente, outros processos de subjetivação são possíveis, nos cenários de institucionalização da masculinidade hegemônica, que serão abordados e analisados, de modo mais aprofundado, no decorrer do presente trabalho.

5. Metodologia

A presente pesquisa utilizou uma metodologia de investigação qualitativa, por esta possibilitar que o pesquisador explore significados e temas latentes das interlocuções dos participantes, que no caso da presente pesquisa, auxiliou na melhor compreensão da relação dos participantes com o modelo hegemônico de masculinidade. A exploração de significados é aprofundado pela pesquisa qualitativa, como nos lembra Minayo (2002), no seguinte trecho:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (p. 22).

Portanto, podemos definir a pesquisa qualitativa, como um modo de analisar fenômenos, presente no campo da investigação científica, que se dedica a questões presentes em num nível de realidade que é de difícil mensuração, explorando significados, crenças, valores, visões, motivações e atitudes, que não são reduzíveis à operacionalização de variáveis. Ou seja, o significado é o conceito central de investigação na abordagem qualitativa (Minayo, 2002).

As informações construídas em uma pesquisa qualitativa devem considerar o caráter ativo do/da pesquisador(a), assumindo um caráter co-constutivo na produção de conhecimento. Ou seja, o conhecimento é construído a partir da relação entre pesquisador(a)-pesquisado(a), sendo possível a adoção da epistemologia qualitativa como uma de suas bases epistemológicas (González Rey, 2005).

Apesar da pesquisa quantitativa ter um enfoque diferente da qualitativa, uma não se opõem a outra. Conforme analisado por Melo et al. (2016), a hierarquização binária entre pesquisa qualitativa e quantitativa reflete uma visão maniqueísta e contraproducente, supervalorizando um modelo de pesquisa e subestimando o potencial explicativo da outra.

As diferentes linhas de pesquisa devam ser reconhecidas dentro dos seus limites e potencialidades, em razão disso, se reconhece aqui que a pesquisa qualitativa, está em processo de construção de epistemologias norteadoras, que orientem o seu potencial interpretativo. Entretanto, há algumas propostas que podem ser utilizadas como epistemologias norteadoras, como a “Epistemologia Qualitativa”, desenvolvida por González Rey (2005).

Segundo González Rey (2005), a “Epistemologia Qualitativa” se direciona pelo caráter construtivo-interpretativo da produção de conhecimento. O que implica em compreender o conhecimento como co-construção, constituída na inter-relação entre pesquisador-pesquisado, o que desafia os parâmetros da ciência tradicional, de bases positivistas.

Enfatizar o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento é reconhecer que existe um processo ativo e dialético entre pesquisador(a) e objeto de estudo na produção do conhecimento, mediados pelas representações que se constroem nesse processo. Conforme afirma González Rey (2005): “Quando afirmamos o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, desejamos enfatizar que o conhecimento é uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com categorias universais do conhecimento” (p. 6).

Ao evidenciar o conhecimento como uma processo construtivo, enfatizando o seu aspecto construtivo-interpretativo, é importante mencionar outros pressupostos dessa

proposta epistemológica. Segundo González Rey (2001, 2005), outro pressuposto da epistemologia qualitativa é a significação da singularidade como nível legítimo na produção do conhecimento.

Essa significação se expressa, na pesquisa qualitativa, por meio do processo de construção dinâmica, no qual as hipóteses que o pesquisador constrói, associadas a um modelo teórico, mantêm uma constante tensão com o momento empírico, sendo as significações singulares, decorrentes dessa relação dialética, um aspecto legítimo na construção de saberes, já que a ciência psicológica é uma produção social que lida com questões subjetivas. Além deste princípio, González Rey (2001, 2005) menciona um terceiro, como sendo o ato de compreender a pesquisa, como um processo comunicacional, dialógico e interativo.

Embora a pesquisa se inspire nas contribuições de González Rey (2001, 2005), no que se refere à proposta da Epistemologia Qualitativa, não se utilizará, nesse trabalho, os instrumentos e estratégias de pesquisa elaborados pelo autor, como dinâmicas conversacionais individuais ou grupais sem roteiro prévio, pois optou-se por adotar, nessa pesquisa, instrumentos mais estruturados como a entrevista semiestruturada, por essa facilitar uma análise sistematizada de pontos convergentes e divergentes presentes nas falas dos participantes.

5.1 Participantes

Participaram da pesquisa oito homens que se identificam como homossexuais ou que tem relações homoeróticas de modo recorrente. Desses oito homens, dois são professores, dois são estudantes e um é profissional de educação física, alguns são atletas de um time de futebol gay. A partir dos relatos e informações trazidas pelos participantes, é possível deduzir

que haja participantes de classe média alta e de classes mais baixas, provenientes de periferias.

A escolha dos participantes ocorreu por meio de uma amostragem por conveniência, via espaços de sociabilidade do pesquisador, com homens entre 18 a 35 anos que se declararam homossexuais ou não-heterossexuais e que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa. A quantidade total de participantes voluntários foi de 8 pessoas.

Visando preservar o sigilo em relação a identidade pessoal dos participantes, foram utilizados, nessa pesquisa, nomes fictícios. Ademais, no intuito de preservar às identidades dos participantes, foram utilizados nomes fictícios alusivos a personalidades da mídia, assumidamente homossexuais.

A escolha dos nomes fictícios, apresentados a seguir, representa uma forma de homenagem às personalidades gays, que conseguiram alcançar posições de prestígio e visibilidade na sociedade e que hoje vivem e trabalham sem esconder sua orientação sexual. Já que as vozes de homens gays terão visibilidade nesse trabalho, nada melhor que associar a essas vozes nomes de pessoas que já tiveram, de certo modo, visibilidade alcançada em sociedades heteronormativas. A seguir será apresentado a “Tabela 1”, com os nomes fictícios e alguns dados sociodemográficos dos participantes.

Tabela 1

Perfil dos participantes

Nome Fictício	Idade	Profissão
E. John	30 anos	Professor
R. Martin	35 anos	Não quis informar
L. Santos	23 anos	Estudante
N. Matogrosso	30 anos	Professor
M. Nanini	32 anos	Enfermeiro
P. Gustavo	21 anos	Estudante
A. Lambert	25 anos	Estudante
S. Smith	31 anos	Educador físico

5.2 Materiais e instrumentos

Foram usados, para realização das entrevistas semiestruturadas individuais, os seguintes materiais: caneta, gravador de voz e computador com software leitor de vídeo, além de roteiro de entrevista com perguntas norteadoras (Apêndice A), imagens relacionadas ao roteiro de entrevista (Apêndice B), que foram selecionados a partir de um banco virtual de imagens (google imagens), e “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Apêndice C) impressos.

Para abordar o tema de pesquisa, foram usados como instrumentos, para construção de informações, um roteiro de entrevista semiestruturada com questões norteadoras, imagens e um vídeo musical¹³, visando explorar mais amplamente as representações construídas pelos participantes, em entrevista individual.

5.3 Procedimentos de construção de informações

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Após a aprovação do CEP (UniCEUB), por meio de parecer favorável (Anexo A), foi iniciado o processo de seleção dos participantes voluntários, via redes de sociabilidade do pesquisador.

Após o convite feito pelo pesquisador às pessoas que obteve contato, através de sondagens e pedidos feitos a conhecidos para que indicassem voluntários, este conseguiu ter acesso a pessoas que concordaram em colaborar com a pesquisa. Após esta etapa, foi realizado a marcação da entrevista. Após a marcação da entrevista, o pesquisador foi ao encontro do participante, em local apropriado, definido entre o participante e o pesquisador.

Segundo Gaskell (2002), a entrevista qualitativa, usada nesta pesquisa, que pode ser individual ou grupal, se constitui como uma ferramenta extremamente útil para compreender

¹³ Vídeo musical (videoclipe) da canção “Don’t Wait” (não espere) do Cantor e Youtuber Joey Graceffa, disponível (com legenda traduzida para o português) no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=XSXxqCVYI4Y&app=desktop>.

as narrativas dos atores sociais, permitindo compreender de maneira mais aprofundada crenças, valores e atitudes dos indivíduos em contextos sociais específicos.

Por isso, foi utilizado nesta pesquisa, a entrevista semiestruturada individual (Apêndice A), que como destaca Minayo (2002), pode ser entendida como uma articulação entre a entrevista aberta e fechada, com o entrevistado podendo discursar à vontade sobre o tema proposto, a partir de um roteiro prévio de perguntas. Nesse modelo de entrevista, é também possível explorar questões emergentes, ligadas ao foco de análise da pesquisa.

Os participantes selecionados pelo pesquisador, que aceitaram participar da pesquisa, receberam o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), ouviram uma breve apresentação sobre a proposta da pesquisa e foram convidados a expressarem suas reflexões pessoais sobre as questões focalizadas na entrevista. Lembrando que todo o processo de pesquisa foi custeado pelo pesquisador.

Cabe destacar, ainda, que foi solicitado o consentimento voluntário dos integrantes da pesquisa em participar, feito por meio da entrega do TCLE. Foi enfatizado o caráter sigiloso da pesquisa em relação a identidade pessoal dos participantes. Foi solicitada a concordância do entrevistado em ter sua entrevista gravada em áudio, garantindo, desta forma, a participação livre, voluntária e esclarecida.

5.4 Procedimentos de análise

Para analisar as informações, foi utilizado o método da análise de conteúdo temática. Segundo Bardin (2000), tal método pode ser definido como um conjunto de técnicas, que se aplicam a diferentes processos comunicativos. Tal método permite uma análise mais aprofundada da fala dos participantes, através da elaboração de categorias analíticas, que orientam o trabalho interpretativo.

Segundo Gomes (2004), o uso de categorias implica em agrupar elementos, expressões ou ideias em torno de um conceito central, reunindo um conjunto de elementos em torno de um eixo, a categoria de análise. Por isso, para compreender de forma mais aprofundada as narrativas e reflexões dos participantes, após a transcrição das entrevistas, foram construídas categorias analíticas temáticas, que foram as seguintes: 1) Masculinidade hegemônica a partir da perspectiva de homens gays: articulações e tensões; 2) Masculinidades: articulações e tensões entre gênero, classe e sexualidade; e 3) Institucionalização da masculinidade hegemônica e suas implicações nos processos de subjetivação de homens gays.

Foram realizadas análises e interpretações dos conteúdos expressos nas transcrições das entrevistas, que foram realizadas manualmente, sem uso de software específico, de acordo com os objetivos da pesquisa, embasada no referencial epistemológico/teórico adotado, que norteou a interpretação dos resultados.

6. Resultados e Discussão

Conforme mencionado na seção anterior, foram realizadas análises das falas dos participantes, através da criação de categorias analíticas temáticas. Em decorrência do método de análise adotado, será apresentado, a seguir, os resultados mais significativos da pesquisa de campo, realizada a partir das três categorias temáticas construídas.

6.1 Masculinidade Hegemônica A Partir da Perspectiva de Homens Gays:

Articulações e Tensões

Embora exista um modelo hegemônico de masculinidade, há no cenário social várias formas de exercer a masculinidade. Ou seja, há uma gama de práticas, que poderíamos denominar de performances, em torno da masculinidade nas relações de gênero. No caso do contexto brasileiro, o modelo de masculinidade, incessantemente estimulada, num contexto social patriarcal-heteronormativo-capitalista, é a masculinidade associada à dominação, agressividade, virilidade, sucesso financeiro e diversificação de parceiras nos relacionamentos sexuais, como analisa Nogueira (1986) e Parker (1991).

Nesse contexto, embora discordem da existência de um modelo de masculinidade, a qual todos devam ser subordinados, como ocorre na institucionalização de um modelo normativo de masculinidade, presente em nossa sociedade, alguns entrevistados, quando questionados sobre o que entendem por ser homem, chegaram a citar características que parecem corresponder ao modelo hegemônico de masculinidade. Três participantes, por exemplo, mencionaram que o ser homem está ligado a ter responsabilidade. Como ilustrado pela fala de S.Smith “*Ser homem é você ter atos e responder, é você ter responsabilidades, é fazer e assumir a responsabilidade do que você fez.*”

A partir dos relatos desses participantes, podemos perceber, que alguns homens gays, pensam a masculinidade como um elemento associado à dominância e racionalidade, expresso na associação do homem a responsabilidade, no âmbito da esfera pública, que se evidenciam através da ligação da responsabilidade ao assumir as consequências pelos seus atos, cumprir com deveres a eles endereçados e suporte financeiro a família, características que estão associadas ao modelo hegemônico de masculinidade. Outro aspecto que merece atenção, na fala dos participantes, é a associação da masculinidade com características biológicas, como na seguinte fala de R.Martin: *“Não, porque pra mim cara, a masculinidade tá na visão de homem e nas características sexuais masculinas”*.

Essa fala do participante expressa, como lembra Butler (2003), a ordem compulsória entre sexo-gênero-desejo-prática erótica, na qual um determinado sexo leva a um determinado gênero, que leva a um determinado desejo e que leva a uma determinada prática sexual, segundo tal narrativa construída culturalmente. Dessa forma, fica entendido, pelas falas de alguns participantes, que a masculinidade seria o reflexo de uma condição biológica ou que os aspectos biológicos dos atores sociais poderiam funcionar como indicador de masculinidade, como expressou S.Smith, quando fez uma comparação diretamente proporcional entre masculinidade e testosterona.

Ao historicizar a masculinidade, pode-se perceber, como analisa Parker (1991), Borrillo (2010) e Mcrae (1986), que a homossexualidade ou a prática homoerótica, durante vários séculos até o presente, foi e continua sendo marginalizada, oprimida e secundarizada em prol da heteronormatividade, que está presente no modelo hegemônico de masculinidade. A homofobia faz parte da masculinidade hegemônica e se constitui como um pilar na socialização de homens na nossa sociedade (Borrillo, 2010; Junqueira, 2009; Welzer Lang, 2001).

Porém, apesar da homossexualidade estar socialmente apartada do modelo de masculinidade hegemônica, a maioria dos entrevistados, consideram os homossexuais como homens que estão na mesma condição que outros homens heterossexuais, no que diz respeito a capacidade de reproduzir e corresponder às expectativas sociais associadas aos estereótipos da masculinidade hegemônica. Como expresso na fala de A.Lambert:

Entrevistador : Para você características como virilidade, força , autonomia e poder são características que podem ser atribuídas a homens gays e homens heterossexuais ou não?

A.Lambert: Com toda certeza, eu acho que todas essas características descritas aí, podem ser compartilhadas por todos os seres humanos, independente de gênero e atração sexual.

A fala do participante expressa, de certa maneira, uma resistência às normas de gênero, que interpelam o ser homem e o ser mulher, através da dissociação feita entre estereótipos de gênero e as características da pessoa. Porém, apesar da dissociação entre características associadas a masculinidade hegemônica e sexualidade, feita pelo participante, socialmente, a homossexualidade ainda é relacionada de maneira negativa a masculinidade, sendo visto como um sujeito que falhou em exercê-la, considerado como um sujeito que não a desenvolveu completamente (Parker, 1991). Por conta deste contexto, as formas de exercer a masculinidade pelos homossexuais, ou, as masculinidades gays, são destituídas de legitimidade, são subalternizadas e ameaçadas em prol de um modelo hegemônico. Conforme analisa Souza (2009), é através dessa subalternização que a masculinidade branca e heterossexual constrói e mantém sua hegemonia.

Uma das estratégias para depreciar e subalternizar as masculinidades gays, na sociedade brasileira, considerando o contexto misógino em que estamos inseridos, é associar a homossexualidade ao feminino. Dessa forma, a identidade homossexual masculina é compreendida socialmente como algo ligado ao feminino, sendo esse feminino algo que “deprecia” as masculinidades gays, favorecendo, deste modo, a superioridade social da masculinidade hegemônica. Esta estratégia de associar a masculinidade gay ao feminino, favorecendo a masculinidade hegemônica, foi mencionada por alguns participantes, dentre eles L.Santos :

(...) quando eles representam o homem gay eles colocam essa pessoa, bem próximo do feminino, então geralmente os homens gays da mídia, tendem a ser afeminados, então eles se aproximam. Eles utilizam essa estratégia de aproximar essa pessoa do estereótipo feminino, pra fazer a mesma coisa que eles fazem com as mulheres, de subestimar e de colocar numa posição de passividade. É aquela coisa, tudo que se aproxima do feminino não é bom.

O trecho acima, expressa não só a homofobia, mas a misoginia presente na constituição da masculinidade hegemônica, por isso, em nossa cultura, o homem deve ser afastar de tudo ligado ao feminino para constituir sua identidade (Connel, 1995; Junqueira, 2009; Welzer Lang, 2001). Essas falas também vão ao encontro, das análises desenvolvidas por Parker (1991) e Macrae (1986) que afirmam que espera-se que o gay tenha um “comportamento afeminado”, ganhando a alcunha de “bicha”, sendo desvirilizado, tratado no feminino e colocado no papel de “bicha louca”, principalmente se for passivo.

A passividade acaba se tornando um elemento relevante na compreensão de como a sociedade enxerga o homossexual, pois a atividade, no plano social, está ligado à

masculinidade e a passividade à feminilidade, de modo que quando um homem rompe a dualidade masculino (dominação/atividade) e feminino (dominada/passividade), ele rompe um pilar da masculinidade (ancorado no sistema binário de gênero), assim, sendo associado ao feminino, de modo que, em algumas culturas, o “verdadeiro veado” é o que se deixa penetrar (passivo), demonstrando como o sexismo afeta as relações homoafetiva, conforme é analisado por Madureira (2010) e Welzer Lang (2001) .

Porém, como alerta Connel e Messerschmidt (2013), está hierarquia entre as masculinidades, através das experiências de homens homossexuais com o preconceito, não foi ignorada pela comunidade gay, que ao adotar o termo homofobia, buscou denunciar esse jogo opressor entre as masculinidades. Não só através do termo homofobia, mas através de suas expressões artísticas, os homossexuais denunciavam esse modelo de masculinidade opressor, como nas performances musicais de “Village People” em “Macho Man” e “Y.M.C.A”, além da icônica interpretação de Ney Matogrosso para música “Homem com H”, todas com uma pitada de sátira ao modelo hegemônico de masculinidade.

O termo homofobia foi cunhado pioneiramente nos anos 1970, nos Estados Unidos, descrito em dicionários, a partir do final dos anos 1980, como o ódio e a rejeição irracional a gays e lésbicas, não pode ser reduzido somente a isso, a esse plano individual (Borrilo, 2010). Considerando que assim como o racismo e a xenofobia, a homofobia, além do aspecto pessoal e afetivo (individual), expresso pelo ódio e rejeição dos sujeitos pelos homossexuais, envolve também o aspecto cultural e cognitivo (social), expresso na rejeição a homossexualidade como fenômeno social, demonstrado na rejeição da sociedade pela aquisição de direitos pela população homossexual, como o casamento e a adoção, por exemplo (Borrilo,2010).

Cabe mencionar ainda, que como analisa Connel e Messerschmidt (2013), as condições nas quais uma forma de masculinidade detém hegemonia está em constante

transformação. Desse modo, um determinado modelo de masculinidade hegemônica pode ser contestado, reformulado ou substituído por outro modelo ou forma de masculinidade, que luta por hegemonia no “jogo das masculinidades”.

Podemos perceber esse “jogo de masculinidades”, ao reconhecer como a masculinidade hegemônica, pautada no paradigma da atividade/passividade, durante a Grécia antiga, passou a se centrar, na idade contemporânea (século XIX em diante), na identidade heterossexual. Isso se evidencia, quando Costa (1996) e Zanello (2018), analisam a homossexualidade na Grécia antiga, onde a heterossexualidade em si, como elemento constituidor de uma identidade masculina, assim como a homossexualidade, como uma identidade própria, pareciam estranhos. O que parecia estar em jogo, naquele contexto sócio-cultural específico, na constituição da identidade masculina, era mais o papel do homem na vida pública, com ênfase em um papel ativo, inclusive na esfera sexual, do que suas aventuras homoeróticas em si.

Embora os participantes não coloquem a heterossexualidade, como elemento constituidor da identidade masculina, alguns participantes expressaram, através de suas falas, direta ou indiretamente, que o homem heterossexual está mais próximo do padrão hegemônico de masculinidade e consegue corresponder aos estereótipos de gênero mais facilmente. Como comenta L.Santos :

Eu percebo que o hétero, tende a se aproximar mais do estereótipo, que é previsto para o masculino, né, então, usam roupas mais despojadas, não se importam em andar na moda, porque eles associam esses comportamentos a algo feminino, a algo delicado, a algo de ter muita atenção para algo que está acontecendo.

Essa fala, pode nos indicar, que talvez, as expectativas culturais, do homossexual como alguém com “comportamentos femininos”, como lembra Macrae (1986), pode facilitar com que o homem heterossexual tenha uma auto-imagem masculinizada enquanto o homem homossexual se veja como um homem em “déficit” com a masculinidade, fato esse, que pode provocar a impressão ao homem gay, de que o homem heterossexual consiga ter uma performance de gênero, alinhada aos padrões hegemônicos, de forma menos custosa, por mais que isso não se demonstre como algo tão factual.

Desconsidera-se nessa análise, a performance sexual, pois brincar de futebol, por exemplo, envolve performances que não estão mais distantes nem de um nem de outro, no entanto se for considerada a performance sexual, o homem heterossexual realmente estará mais próximo do padrão hegemônico, visto que esse padrão é heteronormativo, como lembra Borrillo (2010) e Walzer lang (2001).

Ainda em relação a essa questão, embora a maioria dos participantes relate que as características associadas a masculinidade hegemônica podem estar presente em gays e heterossexuais, alguns participantes citaram diferenças entre gays e heterossexuais, como o participante M.Nanini, que citou uma característica que ao seu ver, está mais próxima do homem heterossexual, conforme expresso no trecho a seguir:

Então nessa classificação do mundo gay, são as barbies, que são musculosas e fortes. Então essa questão do homem viril e essas coisas, ainda, no meu ver, ainda fica para o hétero. De elegância e dessas coisas assim, eu falaria que seria para os dois, mas comparando o ser viril e aquelas coisas, eu ainda mantenho para o hetero. Dentro do público gay a gente ainda classifica essas pessoas, as musculosas ou masculinizadas.

Esse trecho representa como, ao mesmo tempo, que se consideram capazes de reproduzir os estereótipos de gênero associados à masculinidade hegemônica, os homossexuais também se veem distantes desse referencial. Uma das explicações, como comentado anteriormente, pode estar, nas expectativas culturais, na qual se espera que o homossexual masculino se associe ao feminino, enquanto se espera que o homem heterossexual se associe aos estereótipos da masculinidade hegemônica, favorecendo a produção da “subjetividade do macho em falta”, pelos homens gays.

Cabe ainda destacar, a menção do participante ao termo *barbie*, que parece ser um termo representativo de um subgrupo da comunidade gay, que demonstra como diferentes homossexuais incorporam os ideais da masculinidade hegemônica em sua identidade, a ponto de dentro da comunidade gay, os homens gays, mais próximos dos padrões de gênero hegemônicos, assumirem uma identidade específica.

Segundo Dawson (2015), dentro da comunidade gay, há subculturas, onde alguns gays, assumem identidades específicas, algumas dessas identidades específicas, são denominadas como: *Bears* (ursos), *Twinks* e *Barbie*¹⁴. Destaca-se ainda, que na fala de todos os participantes, foi possível perceber dificuldades na relação com homens heterossexuais, seja pelo distanciamento deles, seja por preconceito ou por uma espécie de medo deles em se relacionar com homens gays, o que indica a tensão presente entre essas duas formas de masculinidade. Alguns participantes citaram frequentar espaços diferentes que seus amigos heterossexuais, como comenta A.Lambert : “*Eles frequentam outro tipo de balada e eu frequento outro tipo de balada, eu chamo. Mas a gente não se exclui, só não frequenta os mesmos locais*”.

¹⁴ Segundo Dawson (2015), podemos descrever essas identidades, simplificadaamente, da seguinte forma :
Bears (ursos): Termo usado em referência a homens grandes, peludos e muitas vezes com barba.
Twinks : Termo usado em referência a homens jovens ou com aparência jovial, comumente sem pelos.
Barbie : Termo usado em referência a homens gays musculosos ou dentro do padrão estético.

Essa fala, aliada às colocações de M.Nanini, que declarou que “dá pinta” (gíria que significa expressar a homossexualidade) preferencialmente em ambientes gays, representa a guetificação da comunidade gay. Ou seja, os homossexuais, para se expressarem com legitimidade, acabam se concentrando em espaços próprios, denominados guetos, o que fica nítido nas falas dos participantes. O fenômeno da guetificação da comunidade gay mostra o quanto a masculinidade hegemônica, pelos relatos dos participantes, também ocupa uma centralidade no espaço urbano, fazendo com que pessoas que expressam uma masculinidade fora da norma, como as masculinidade gays, elejam espaços alternativos para expressá-las.

Como é discutido por Madureira e Branco (2007), esses guetos, embora, por um lado, tenham uma importância, do ponto de vista identitário, já que permite com que homossexuais construam um ambiente menos suscetível a discriminação e desenvolvam um sentimento de pertencimento a um grupo, tem, por outro lado, sua efetividade, no que tange ao combate a homofobia, questionável, pois a medida que se mantém um espaço separado para homens heterossexuais e homens gays, pode-se acabar mantendo, no plano social, as fronteiras simbólicas rígidas que separam homens heterossexuais de homens gays. Desse modo, não tendo efeitos significativo no combate ao preconceito e à discriminação.

6.2 Masculinidades: Articulações e Tensões entre Gênero, Classe e Sexualidade

As masculinidades não são categorias isoladas, associadas somente as relações de gênero, mas atreladas a outros marcadores sociais como discute Souza (2009). O próprio modelo hegemônico de masculinidade, não é um modelo que se constrói somente baseado nas relações de gênero, pois a masculinidade hegemônica tem raça, ela é branca; tem classe, ela é burguesa; tem dimensão etária, ela é jovem adulta; tem sexualidade, ela é heterossexual; tem corporeidade, ela é magra e de músculos bem definidos; ela é capacitista, pois não apresenta nenhuma característica que a enquadre no grupo de “pessoas com deficiência”. Portanto, o gênero deve ser reconhecido em sua pluralidade e intersseccionalidade, como é

analisado por Souza (2009), caso contrário universalizamos a categoria masculinidade e apagamos sua multidimensionalidade.

Essa multidimensionalidade da masculinidade, começou a se tornar mais aparente, depois de algumas experiências no campo da militância feminista e dos estudos de gênero. Connel e Messerschmidt (2013) ilustram esse acontecimento, ao afirmarem que a experiência de apoio, dentro do feminismo, por parte de homens da nova esquerda (esquerda pós-marxista), despertou a atenção para questões de classe na expressão da masculinidade, além disso, ativistas negras, como afirmam os autores, teceram críticas a compreensão do poder quando este é unicamente conceitualizado em termos de diferenças de gênero, o que pode revelar preconceito racial, desse modo, se prepara um cenário para o questionamento de concepções universalizantes em relação a categoria “homem”.

No tocante à essa questão, alguns participantes parecem ter reconhecido essa multidimensionalidade e pluralidade da categoria homem, ao falar da diversidade de gays existentes e das diferenças de classe nas performances de masculinidade. R. Martin ressalta essa pluralidade na seguinte fala:

É muito diversificado né, há várias tribos, há uma diversidade gigantesca, existem gays afeminados, gays masculinizados, mas mesmo esses gays masculinizados, adoram dar pinta de vez em quando, então há uma diversidade muito grande. Igualmente os heterossexuais né, que gostam de cuidar do corpo, heterossexuais que são mais na deles, há heterossexuais que são mais perfeccionista, então há uma diversidade muito grande.

No trecho acima, nota-se que o participante percebe a diversidade de expressões da masculinidade entre gays e entre heterossexuais. Entre os gays, ele cita a existência de tribos,

na qual podemos citar as tribos dos ursos, *twinks* e *gaymers*¹⁵, que como comentado anteriormente, é um fenômeno derivado de subculturas presentes na comunidade gay. Esse tribalismo, presente dentro da comunidade gay, revela a diversidade de masculinidades gays existentes entre os homossexuais, o que evidencia a pluralidade de masculinidades existentes, como comentou o participante R.Martin.

Entre os homens heterossexuais, o participante, também evidenciou essa pluralidade, falando que há heterossexuais que cuidam do corpo e aqueles mais introspectivos, o que revela uma pluralidade de performances de gênero em relação as “heteromasculinidades”. Essa diversidade entre as masculinidades heterossexuais pode ser evidenciada com a criação do termo metrossexual. Termo cunhado pelo jornalista Mark Simpson, em 1994, em um artigo ao jornal inglês *The Independent*, sendo o metrossexual referente a figura do homem que se preocupa muito com sua aparência (Oliveira Júnior e Cancela, 2012).

Embora o termo “metrossexual”, tenha um cunho problemático, a medida que serve para demarcar o modelo ideal de masculinidade de um modelo dissidente marcado pela vaidade e cuidado ao corpo, o termo evidencia a pluralidade existente também entre as masculinidades heterossexuais, que por não reitarem as normas, são performances da masculinidade que foram classificadas como um modelo diferente.

Outro aspecto presente na multiplicidade das masculinidades, que foram destacados por alguns participantes, foram questões de classe. L. Santos destaca diferenças entre gays de classe média alta e gays da periferia, em relação a hábitos e ocupações de espaço. Como expresso na seguinte fala:

Eu moro em periferia, eu acabo transitando, entre esses dois meios, né, no meio muito baixo, que aqui em Brasília é o parque da cidade, espaço galeria, officina club.

¹⁵ Segundo informação da enciclopédia online Wikipédia podemos definir gaymer como: Termo usado em referência a um grupo de pessoas que se auto-identificam como gay, bissexual, lésbica, ou transgênero, que mantêm interessa pela comunidade de videogame (gamers). Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gaymer>

O meio mais elitizado que é frequentar a casa de diplomatas que são gays, é de viajar com grupos gays que só tem médicos, advogados, engenheiro e concursado público do STF.

De acordo com o participante, há um “meio baixo” e um “meio mais elitizado”, que numa linguagem social elitista, poderia se traduzir como espaço de segunda classe, disforme, indigno e um espaço sublime, de primeira classe e adequado. O participante parece hierarquizar os espaços, associando os espaços frequentados por gays da periferia como marginais, ao qualificar os ambientes frequentados por esse grupo como “meio muito baixo”, enquanto associa os espaços frequentados por gays de classe média alta com polidez e civilidade, ao não caracteriza-los como baixos mas como espaços elitizados.

Em uma concepção preconceituosa, é comum pensar que haja uma suposta falta de civilidade na população periférica, que as conduz a frequentar espaços marginais, precários e insalubres e a classe média alta devido a sua etiqueta e padrões de civilidade preferem frequentar ambientes mais seguros, polidos e estruturados.

Porém, cabe destacar que essa visão moralizante e individualista apaga as condições socioeconômicas que estruturam as divisões de classe dentro da comunidade gay, ignorando que frequentar espaços considerados baixos e marginais, por gays de classe mais baixa, não está atrelado somente a um gosto ou a uma suposta falta de civilidade da população pobre, mas as condições econômicas, que restringe o acesso desses sujeitos a certos espaços, a certos estilos de vida e a certas vestimentas.

Os espaços comunitários frequentados por homens gays podem ser divididos em estabelecimentos comerciais, como saunas e boates, e espaços públicos como parques, praças e praias. Entretanto, as desigualdades socioeconômicas afetam e delimitam o acesso do público homossexual a esses espaços, onde os empreendimentos comerciais voltado ao

público gay ou amigável a este, principalmente os mais “modernos”, estão aquém do poder aquisitivo de muitos homossexuais das periferias. Sendo os parques, espaços públicos e pequenos estabelecimentos comerciais, espaços mais acessíveis, a esse público, que são muitas vezes inferiorizados em prol de estabelecimentos mais sofisticados e voltados a classe média alta (Marsiaj, 2003).

Podemos perceber, então, que a fala do participante revela as desigualdades de classe presentes na comunidade gay, onde lugares, como o parque da cidade, estão associadas a gays de classes mais baixas enquanto outros, como excursão ou até mesmo um cruzeiro gay, estão associadas a gays de classe média e alta. Além do acesso e ocupação de espaços públicos e privados, as condições de classe, parecem também afetar o relacionamento entre homossexuais e criar diferentes expressões de masculinidades, como expresso na fala de M.Nanini:

Você vê uma diferença quando você vê um relacionamento entre um gay já bem mais velho com um gay jovem, que tem uma diferença muito grande de idade. Como o gay já é mais velho, ele já tem uma estrutura de vida maior, ele acaba ajudando o mais novo, eu acho isso normal. Você tem o mais velho, ele é mais forte assim, ele assume mais responsabilidades que o gay mais novo, isso tudo por questão da idade e do tempo de vida dele, é natural isso acontecer, aconteceu comigo. Ele me ajudou a crescer, ele se tornou mais o provedor da casa, eu não tinha condições, eu era bem mais novo, estava começando a vida adulta ainda.

De acordo com a fala do participante, no relacionamento entre um gay jovem e um gay mais velho, o mais velho costuma ocupar o papel de provedor e ajudar o mais novo a “crescer”. Essa ideia envolve questões de classe e gênero, classe pois o homem mais velho é

pertencente a uma classe social diferente do mais novo, além de uma questão de gênero, pois o mais velho, segundo o relato do participante, é o mais forte, é o que tem mais responsabilidades e ajuda o mais novo a crescer, remetendo aos estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho, além de reproduzir no interior das relações afetivo-sexuais, o sistema binário de gênero.

A fala do participante em relação ao mais velho ajudar o mais novo a crescer pode, ainda, nos remeter as relações homoeróticas na Grécia antiga, onde as características associadas à masculinidade, como a virilidade, eram ensinadas por um homem mais velho a um jovem, mostrando que para atingir a virilidade grega, se exigia um longo processo educativo (Zanello, 2018). Desse modo, as relações entre gênero, sexualidade, faixa etária e classe se inter-relacionam nas performances de masculinidade, já que a pessoa que assume o papel do “velho sábio”, numa relação de significativa disparidade etária, estruturalmente desigual, é de uma classe social mais elevada.

As condições de classe, parecem ainda afetar o modo como os homossexuais são expostos ao preconceito e a discriminação, bem como reagem a ela e até as reivindicações dentro do movimento LGBT. Segundo Marsiaj (2003), enquanto certos homossexuais de classe média concentram seus esforços na reivindicação do reconhecimento da união homoafetiva e nos benefícios derivados desta, muitos homossexuais de classes mais baixas, mais afetados pela agressão homofóbica, concentram seus esforços na luta contra a violência.

O fato dos homossexuais mais pobres, serem mais diretamente vitimados pela violência, como analisa Marsiaj (2003), mostra como as intersecções entre classe e sexualidade trazem questões específicas a esse grupo, já que um heterossexual pobre e um homossexual rico não estariam expostos a um determinado tipo de violência, que só a intersecção entre classe e sexualidade estruturam. As diferenças de classe no combate ao preconceito foi ressaltado pelo P.Gustavo no seguinte trecho:

Cara, por exemplo, eu acho os gays de Luziânia, extremamente afrontosos, já os gays de Brasília são muito esnobes, eles tem dificuldade de reagir a conflito, o gay de Luziânia é aquele que quer bater de frente e o gay de Brasília é aquele que quer virar as costas primeiro, pra se dizer superior, eu enxergo muito isso.

De acordo com as falas do participante P. Gustavo, parece haver uma diferença na reação aos conflitos por parte de gays da periferia, que seriam mais “afrontosos”, enquanto os homossexuais de classes mais elevadas, seriam mais omissos e esnobes, segundo a percepção do participante. Essa divergência de postura, citada pelo participante, onde os gays da periferia parecem ser mais engajado no combate à violência, pode ser reflexo das condições de classe de diferentes homossexuais.

Segundo Marsiaj (2003), um engajamento político e público, dentro do movimento LGBT, pode significar um risco aos homossexuais das classes médias e altas, que podem sofrer perdas com essa postura, que associado a liberação pelo consumo, abertas a esse grupo, principalmente com o aumento de um nicho de mercado voltado aos homossexuais (mercado rosa), pode contribuir para uma tendência a despolitização por parte desse sujeito.

A maioria dos participantes relatou que as relações entre os gays devem ser independentes, com ambos assumindo os mesmos papéis. Fato que mostra uma tendência das relações homossexuais masculinas serem mais igualitárias, embora possa acontecer a incorporação de papéis heteronormativos, segundo os próprios participantes. Porém, questões de classe, intersseccionalizada com questões de gênero, parecem atravessar essa dinâmica, de acordo com a seguinte fala do participante L.Santos:

Ai sobre a relação homossexual, eu acho que pelo dois terem uma formação, da infância, de ser o homem, os dois tem uma tendência para serem autônomos. Dificilmente eles vão... Eu percebo de amigos meus tá, uns oito casais de amigos, amigos próximos, amigos mesmo. Os oito casais, todos eles trabalham, dos oito, eu acho que uns cinco tem empregada doméstica dentro de casa, então eles contratam uma mulher para fazer o serviço de uma mulher, Os dois tem um papel social voltado pra questão do homem, então ele vai trabalhar e pagar a mulher, entendeu.

De acordo com o participante, pela socialização masculina, os homens gays aprendem a serem independentes. O que se expressa na autonomia de ambos dentro de seus relacionamentos e a recusa em assumir papéis e funções atribuídas às mulheres, sendo a função, que socialmente se associa a mulher, não assumida por nenhum dos dois e “terceirizada” na figura da empregada e porque não dizer também na figura da babá, na figura da cozinheira e na figura da barriga de aluguel, que são consideradas em nosso contexto patriarcal “funções e serviços de mulher”. O que evidencia as relações de poder existentes entre os gêneros, constituídas pelas práticas discursivas que interpelam os homens.

Tal questão também envolve questões de classe, já que a massiva maioria das mulheres que ocupam postos de trabalho como faxineira, empregada e babá, além daquelas que tem seu corpo e sua capacidade reprodutiva explorada pela prostituição, pornografia e mercado de barriga de aluguel, são mulheres das camadas mais populares da nossa sociedade.

6.3 Institucionalização da Masculinidade Hegemônica e Suas Implicações Nos Processos de Subjetivação de Homens Gays

Segundo Connel (1995), alguns homens, em resposta aos padrões de gênero hegemônicos, chegaram a falar em uma crise da masculinidade e criarem um movimento de

homens, que com o passar do tempo, se transformou numa terapia de masculinidade, voltada ao desconforto dos homens heterossexuais e suas incertezas em relação ao gênero.

Enquanto a masculinidade hegemônica, parecia estar em crise, causando preocupação em homens heterossexuais, muitos homossexuais, como, afirma Welzer Lang (2001), principalmente após a epidemia da AIDS nos anos 1980, estavam contestando as bases homofóbicas da masculinidade, além de hierarquias nas relações entre os homens, principalmente pela atuação dos grupos militantes como o FHAR (*Front Homosexuel d'Action Revolutionnaire*), GLH (Grupo de Liberação Homossexual) e CUARH (Comitê de Urgência Anti-Repressão Homossexual), que tentaram visibilizar outros modelos de masculinidade.

Esse desconforto com o modelo hegemônico de masculinidade, por parte dos homossexuais, expresso na análise de Welzer Lang (2001), também apareceu nas falas dos participantes, que em grande parte discordaram dos padrões impostos. O participante A. Lambert comentou esse incomodo em sua vida pessoal da seguinte forma:

Desde pequeno, desde pequeno assim, na época dos 14 e 15 anos, quando os meninos saiam para balada para pegar as menininhas tudo, eu pensava: Cara eu não preciso disso para me afirmar enquanto homem. Sei lá, comportamentos como ser grosseiro, como afirmar minha sexualidade, atualmente as vestimentas também, apesar de eu me enquadrar nessa estante de gênero, eu não necessariamente me incomodo por exemplo, de ir na sessão feminina comprar roupas femininas, ditas como femininas no caso.

No trecho acima, notamos a resistência do participante em se associar ao modelo de masculinidade vigente, com questionamentos acerca de características como virilidade,

grosseria, reafirmação da sexualidade e vestimenta. Essa fala pode nos revelar, talvez, um fenômeno, presente no mundo gay, onde a partir da desidentificação dos homossexuais com a heteronormatividade presente no modelo de masculinidade hegemônica, estes passam a não se identificarem também com elementos associados a masculinidade e a heterossexualidade, como, por exemplo, a virilidade heteropatriarcal, a fala grosseira, o futebol, a dominação, etc.

Além da desidentificação com os estereótipos associados à masculinidade, alguns participantes consideram os homens heterossexuais como pessoas com mais condições de corresponder às expectativas associadas à masculinidade. Pode-se concluir, a partir do mencionado, que a cultura canaliza culturalmente (Valsiner, 2012), a compreensão dos homens acerca da sua masculinidade, gerando, como possibilidade, processos de subjetivação, em relação a identidade masculina, pautado por uma auto-imagem negativa. Facilitando, portanto, com que homossexuais se vejam como um ser que está sempre em falta com a masculinidade, o que se revela como um processo de assujeitamento dos homens gays às normas de sexualidade, ancorando no sistema binário de gênero.

Outra questão, marcante na socialização dos homens, que apareceu na fala dos participantes, foi o repúdio ao feminino, expresso pela rejeição a homossexuais afeminados, principalmente na espera amorosa, como ilustra L. Santos no seguinte trecho: “ (...) *eu acredito que essa cultura, está tão impregnada em mim, que eu vou escolher alguém para me relacionar, se for um pouco mais afeminado, eu não tenho a mesma atração pessoal que eu tenho por uma pessoa que é masculina.* ”

O participante expressa, através da sua fala, ter dificuldade de sentir a mesma atração entre um homem mais próximo dos estereótipos vinculados à masculinidade hegemônica e um homem mais afeminado, o que poderia indicar que o gosto também é socialmente construído, já que as normas estéticas difundidas em uma sociedade costumam canalizar a visão das pessoas sobre beleza e seu sentimento de atratividade. Além disso, o relato do

participante, evidencia a misoginia presente na constituição da masculinidade hegemônica (Connel, 1995; Junqueira, 2009; Oliveira, 1998; Welzer Lang, 2001), que traz como reflexo a hierarquização das masculinidades gays, na qual as “masculinidades gays femininas” são subalternizadas pelas “masculinidades gays viris”.

Além da misoginia, outra característica presente no padrão hegemônico de masculinidade é a heteronormatividade (Borrillo, 2010; Walzer lang, 2001). Essa heteronormatividade parece afetar a maneira como os homens homossexuais se relacionam com homens heterossexuais, criando fronteiras simbólicas rígidas, com forte enraizamento afetivo (Madureira, 2010; 2007a).

Em relação a esse tema, um dos participantes disse ter medo de se relacionar com homens heterossexuais, por ter dúvidas se o homem heterossexual vai reagir pacificamente a sua presença ou será hostil. Outro participante disse não levantar bandeira (gíria que se refere a militar em favor dos homossexuais em público) nem dar pinta (gíria para expressar a homossexualidade em público) perto dos amigos heterossexuais. Outro mencionou que sai para determinados eventos enquanto seus amigos heterossexuais vão para outros lugares. Esse distanciamento e essa fronteira simbólica rígida presente na relação entre homens gays e heterossexuais, pode ser sintetizado pela fala de E.John: *“A gente é dono do nosso corpo, a gente é dono da nossa sexualidade, a única convenção que a gente precisa assinar é não importunar os heterossexuais”*.

A fala do participante E. John, que afirma que os gays não devem importunar os homens heterossexuais, revela a dinâmica conflituosa entre as masculinidades heterossexuais e as masculinidades gays. Nessa disputa de masculinidades, a heterossexualidade impõe seu domínio através do ocupação de espaços públicos e da rejeição às masculinidades não-heterossexuais, favorecendo com que alguns homossexuais, nesse contexto, dissimulem sua

identidade sexual em público, ao não “dar pinta” ou se afastarem de ambientes dominados por heterossexuais, frequentando guetos.

Ainda em relação às tensões entre as masculinidades heterossexuais e as masculinidades gays, outro processo de subjetivação, para além do afastamento de ambientes predominantemente heterossexuais e a mera dissimulação identitária, é a tentativa de se integrar aos homens heterossexuais, sem questionar as estruturas de gênero desiguais, ou seja, em termos metafóricos, fazendo com que o “bolo” seja dividido igualmente entre heterossexuais e gays, sem no entanto garantir o mesmo pedaço às mulheres. Essa tentativa de incorporação aparece na seguinte fala de S.Smith:

(...) eu tento quebrar algumas coisas, para não haver diferença de tratamento, então seria brincadeiras. No futebol mesmo e também na academia, para que não tenha nenhum tipo de melindre de fazer uma brincadeira, porque vamos supor, um chega lá e passa a mão na bunda do outro, que é o que acontece, aí um fala: ah viado, mas falam na zueira, então se eles sabendo, o cara, que eu sou gay, no caso, ele teria algum tipo de receio de fazer qualquer tipo de brincadeira comigo, para não parecer uma coisa ofensiva, então, eu tento quebrar isso e tratar da mesma forma, tipo assim, tanto faz você falar isso ou falar aquilo, isso não me incomoda, eu sei que você não tá falando com a intenção de me ofender, acaba que é pra virar um tom de piada.

As piadas e brincadeiras de conotação homofóbica, feita pelos amigos do participante, nos revela um dos pilares da socialização masculina, que é a homofobia (Welzer Lang, 2001). Além disso, a postura do participante em se submeter a essa socialização, na expectativa de se integrar ao grupo, visando não ser tratado de uma forma diferente, representa uma forma

de assimilacionismo e constitui um processo de assujeitamento do participante as normas de gênero.

Além disso, a dicotomia sexista, como analisado por Madureira (2010) e Parker (1991), estruturante entre feminilidade, passividade e recato sexual versus masculinidade, atividade e virilidade sexual, estrutura também as relações homossexuais, hierarquizando homens ativos e passivos, na comunidade gay, com o homem passivo perdendo o status de homem, enquanto o ativo mantém esse status e as vezes nem é considerado homossexual (Madureira, 2010; Parker, 1991). Esse fenômeno da hierarquização entre homens ativos e passivos no meio gay foi mencionada por L.Santos no seguinte trecho:

A posição sexual, que você ocupa na cama também é estigmatizada, então, no sentido que: Ah, você é um gay passivo, por ser passivo se tende a ser mais afeminado, seguindo a lógica de assemelhar o ser gay ao feminino, né, então esse preconceito, ele é muito forte no mundo gay, isso são coisas que de modo geral me incomodam bastante, né.

No trecho acima, percebe-se como muitos participantes, subjetivam as normas de gênero, de modo a hierarquizar, dentro do próprio meio homossexual, os gays passivos e ativos. Além disso, trata-se, também, de um reflexo das narrativas sobre a masculinidade, que canalizam culturalmente a percepção de homens gays sobre a suas próprias masculinidades na direção de compreender a atividade como um elemento essencialmente constituidor dessa masculinidade, o que também gera uma normatização das masculinidades gays (homonormatividade) dentro desse grupos.

Outro aspecto, que apareceu em relação a masculinidade hegemônica, foi a apreciação de alguns participantes, em especial S.Smith e R.Martin, de suas características ao fazerem

uma comparação diretamente proporcional entre características associadas a masculinidade hegemônica e potencial de atrair sexualmente outros homens gays, o que revela um processo de assujeitamento.

Por outro lado, alguns participantes criticaram a imagem (Apêndice B, imagem C), afirmando que ela representava os padrões de beleza na sociedade, em especial na entrevista com E.John, que afirmou que a veiculação desse tipo de imagem, adoece homens gays que tentam se encaixar em um determinado padrão de beleza. Situação que demonstra novos processos de subjetivação, para além das normas estéticas hegemônicas, na qual os participantes significam certos modelos de homem, presentes na mídia, como retratos de uma normatização estética, não como um padrão a ser alcançado, presentes em subjetividades colonizadas pelas normas estéticas, o que representa as reflexões própria da cultura pessoal (Valsiner, 2012), de cada participante.

Além disso, o cenário político eleitoral de 2018, em especial as eleições para presidente do Brasil, que na minha perspectiva não se tratava apenas de uma disputa eleitoral, mas de um jogo de masculinidades também, parece ter mobilizado os participantes, revelando alguns processos de subjetivação que ocorreram nesse período. Essa mobilização, se deve em grande parte, certamente, a tensão que se instalou dentro da comunidade LGBT, no segundo turno das eleições, período em que a pesquisa foi realizada, na qual concorriam o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, e o candidato do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro.

Em relação ao cenário eleitoral, os participantes associaram à figura do presidente eleito Jair Bolsonaro e o cenário político, representado pela ascensão do futuro presidente, quando concorria à presidência no segundo turno, ao preconceito. Como expresso na fala de L.Santos no seguinte trecho: *“Eu percebo que tem duas pessoas que fazem estagio comigo, que me toleram, então, que tem um preconceito velado muito alto, é o tipo de pessoa que me*

abraça e as vezes até me beija no rosto, mas vai votar no Bolsonaro que quer matar viado, então (...)”

A rejeição e a postura crítica em relação a figura do Jair Bolsonaro, é um reflexo das próprias posturas que o mesmo assumiu, pois enquanto o candidato do PSL fazia declarações de cunho explicitamente homofóbicas, o candidato do PT, trazia em seu programa de governo, proposta em favor da comunidade LGBT. A postura do presidente eleito, durante toda sua trajetória como deputado federal, reflete uma política de masculinidade pautada na defesa de uma masculinidade mais violenta, que está em disputa no jogo das masculinidades. Como destaca Connel (1995), no seguinte trecho:

Nos últimos duzentos anos da história europeia e americana, por exemplo, vimos o padrão hegemônico de masculinidade da classe dominante ser deslocado por uma masculinidade mais racional, mais calculativa, melhor ajustada a uma economia industrial-capitalista e ao estado burocrático. Essa, por sua vez, tem sido contestada por formas de masculinidade que enfatizam o impulso e a violência -o fascismo na metrópole, as masculinidades tipo "cowboy" na fronteira. A forma hegemônica de masculinidade burguesa se dividiu entre formas que enfatizam o conhecimento especializado e formas que enfatizam a dominação e o calculismo egocêntrico. A luta por hegemonia entre elas pode ser vista na divisão entre liberais e conservadores na política burguesa (p.192).

Então, como uma contrarreação possível, a ascensão de um modelo de masculinidade, expresso pela ascensão do conservadorismo, representado pelo crescimento político do presidente eleito Jair Bolsonaro, os participantes podem apresentar uma tendência de entrar nessa disputa pela hegemonia no campo das masculinidades. Fato que fica expresso pelas

críticas, rejeição e adesão a movimentos, como as inúmeras marchas de mulheres contra Bolsonaro, que ocorreram durante as eleições presidenciais. Também cabe mencionar que outra forma de subjetivação nesse campo em disputa, marcado pelo assimilacionismo e pela construção de valores conservadores, é o apoio de alguns homossexuais a candidatura de Jair Bolsonaro.

Além disso, pelas falas dos participantes, se percebe um fenômeno que ocorre em relação aos homossexuais, que se expressa na situação onde as pessoas têm dificuldade de reconhecer a homossexualidade em participantes que tem uma performance de gênero mais próxima dos estereótipos associados à masculinidade, pois espera-se que os homossexuais tenham um comportamento afeminado, como lembra Macrae (1986), o que incomoda muito os participantes, como, por exemplo, os participantes E.John, S.Smith e A.Lambert, enquanto dentro da comunidade LGBT, espera-se que o homossexual tenha uma postura mais masculinizada, já que homossexuais afeminados, popularmente chamados de “bichas pintosas” e “poc-poc”, não parecem serem bem quistos dentro da comunidade gay.

Considerações Finais

De acordo com as articulações teórico e empíricas e as discussões realizadas no presente trabalho, chega-se à conclusão de que as formas de subjetivação ou as formas como os participantes atribuem sentido e significado às suas experiências são diversas. Essas formas de subjetivação são, muitas vezes, impactadas de forma negativa, pelos padrões de masculinidade. Expressos pela rejeição de homossexuais afeminados, guetificação da comunidade gay, em construções identitárias baseadas numa percepção de uma masculinidade em déficit, distanciamento e conflitos em relação aos homens heterossexuais e sujeição à violência pelo assimilacionismo.

A articulação teórica entre a psicologia cultural e a analítica foucaultiana, possibilita compreendermos a atribuição de sentido e significado, pelos participantes, ao seu modo de existir no mundo, como um processo de assujeitamento ou como outro processo de subjetivação, que são canalizadas culturalmente (Valsiner, 2012). Em convergência a essa perspectiva teórica, considera-se que são expressos nos relatos dos participantes, processos de assujeitamento, principalmente em falas que expressam repúdio ao feminino, exaltação às características associadas à masculinidade hegemônica e associação entre masculinidade e biologia, mas apresenta também outros processos de subjetivação, principalmente quando tecem críticas à masculinidade hegemônica e aos padrões de beleza.

Já os diálogos entre psicologia cultural, teoria queer e a perspectiva interseccional do feminismo possibilitaram a análise dos atravessamentos entre classe, gênero e sexualidade nas performances de masculinidade, mostrando que as performances da masculinidade, nos moldes hegemônicos, exige um pertencimento às classes mais elevadas, mostrando como a intersecção entre masculinidade, sexualidade e classe estruturam realidades diferentes, para homens gay pobres e ricos.

A pesquisa realizada, possibilitou a compreensão da masculinidade hegemônica como um modelo tóxico que se sustenta na subalternização de outros modelos de masculinidades, como as masculinidades gays. Ao ser apontada como defeituosa, as masculinidades gays servem como parâmetro na qual se delineia o modelo “ideal” de masculinidade, servindo como contraponto que sustenta a masculinidade hegemônica. Esse modelo de masculinidade ignora as formas de ser homem como algo plural para reafirmar a masculinidade como uma categoria identitária universal e homogênea, política de identidade criticada por Butler (2003), que denuncia os apagamentos e normatizações que esse tipo de política promove.

Os impactos da institucionalização da masculinidade hegemônica em relação aos homens homossexuais, revelam a necessidade do rompimento da hegemonia de um modelo fechado de masculinidade por outras possibilidades, que tenham como ponto central a concepção da identidade como algo aberto e fluido, sujeito a inúmeras possibilidades de construção, já que o modelo de masculinidade hegemônica se mostra prejudicial aos homens que não correspondem a esse ideal normativo.

De acordo, com as análises realizadas percebe-se o quanto a normatização de um modelo de masculinidade tem promovido hierarquias, exclusões e apagamentos, legitimando a violência e a discriminação em relação aos homossexuais, além de alimentar a violência contra as mulheres, o que evidencia as problemáticas desse modelo de masculinidade.

Diante desse cenário, de normatização e apagamento das masculinidades, fica a pergunta: Como flexibilizar a categoria homem e substituir a hegemonia de um modelo de masculinidades pela pluralidade de vivências e performances de gênero em relação a esse eixo identitário? Questionamentos, como esse, podem favorecer para com que essa questão ganhe visibilidade no cenário social. Outro modo de visibilizar essa questão é a realização de outros estudos sobre as masculinidades.

O presente estudo está centrado em um tipo específico de masculinidades dissidentes, as masculinidades gays, de forma que é importante a realização de outros estudos, explorando diferentes modelos de masculinidade, como as masculinidades negras, transmasculinidades e masculinidades asiáticas, de modo a aprofundar a compreensão sobre os impactos do modelo hegemônico de masculinidade na sociedade, contribuindo para que se construam dados que sirvam de base para a criação de políticas públicas, favorecendo, também, com que psicólogos atuem de forma qualificada frente a esse público e que as masculinidades floresçam em sua diversidade.

Referências Bibliográficas

- A.B, Strega. (2016). *Norma, assujeitamento e subjetivação: uma leitura de Michel Foucault a partir de Gilles Deleuze*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Amarante, J. M.; Caldas, Lia Maura. (2012). O poder sob a perspectiva de foucault: contribuições para os estudos organizacionais. *Maringá Management (Online)*, 9, 7-16.
- Araujo Lima, R. (2013) *Sexualidade humana – uma discussão sob a visão queer*. Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, Santa Catarina. ISSN 2179-510X.
- Bandeira, G. A. (2012). Amor e masculinidade nos estádios de futebol. *Esporte e Sociedade*, 19, p. 1-26, 2012.
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Borrillo, D. (2017). Novos rostos da homofobia e direitos LGBT alternativos. In Ramos, M. M., Nicoli, P. A. G. & Alkim, G. C (Orgs.). *Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares* (pp.13-20). França: Initia Via Editora. Recuperado de <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01662975/document>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Connel, R. W. Políticas da Masculinidade. (1995). Tradução Tomaz Tadeu da Silva. *Rev. Educação e Realidade*. 20(2): 185-206. Jul/Dez.

- Connell, R. W. (1990). An Iron Man: The Body and some Contradictions of Hegemonic Masculinity." Messner, M. & Sabo, D. (Eds.). Sport, men and the gender order. Champaign, IL: Human Kinetics, Boo. *Sage Journal*
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Recuperado em 26 de fevereiro, 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Costa, J. F. (1996). O referente da identidade homossexual. Em R. Parker & R. M. Barbosa (Orgs.), *Sexualidades brasileiras* (pp. 63-89). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Crenshaw, K.W. (1989) "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," *University of Chicago Legal Forum*, (1), pp.139-167. Disponível em : <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Dawson, J. (2015). *Este livro é gay - e hétero, e bi, e trans*. Tradução Rafael Mantovani. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1997). *A História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.64-89). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Gayle, R. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo.
- Gomes, R. (2004). *A análise de dados em pesquisa qualitativa*. Em M.S.C. Mynaio (org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp.67-80). Petrópolis-RJ: Vozes.

- Gonzalez Rey, F.L. (2001). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira.
- González Rey, F.L. (2005) *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira.
- Heilborn, M.L (1996). Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: Parker, R. & Barbosa, R. M. (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras* (pp. 63-89). Rio de Janeiro, Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), pp. 61-73. Recuperado em 03 junho, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Keller, G. G., Araújo, D. C, Corso, A. (2015). Ciberterritórios e masculinidades: o papel do discreto no aplicativo Scruff. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 14, n. 27, jan./jul.
- Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp 206-242.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, Paula Sandrine. (2005). O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, 24, 249-281. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100012>

- Macrae, E. (1986). *A homossexualidade*. Em *Macho, masculino, homem: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro* (pp. 64-71). Porto Alegre / São Paulo: L&PM.
- MacRae, E.(2005). Em defesa do gueto. In: Green, James & Trindade, Ronaldo (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos* (pp.291-308). São Paulo, Editora da Unesp.
- Madureira, A. F. A. (2007a). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: [://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf)
- Madureira, A. F. A. (2007b). The psychological basis of homophobia: Cultural construction of a barrier. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41(3-4), 225-247.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). Os preconceitos enquanto fronteiras simbólicas rígidas: a reprodução das desigualdades e do sofrimento psíquico. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. G. & C. S. (Orgs.). *Gênero e Psicologia Social: Interfaces*. Brasília: Tecnopolik, pp. 31-63.
- Marsiaj, J. (2003). Gays ricos e bichas pobres: Desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. *Cadernos AEL*, 10, 18-19.

- Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300005>
- Melo, Armando Sérgio Emerenciano de, Maia Filho, Osterne Nonato, & Chaves, Hamilton Viana. (2016). Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 153-159. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1162>
- Mesquita, D. T. & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 105-114.
- Minayo, M. C. S. (2002). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. intelectual. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 09-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Miskolci, Richard. (2007). Comentário. *Cadernos Pagu*, (28), 55-63. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100004>
- Molon, S. I. (2003). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Narvaz, M. G., & Koller, S.H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. São Paulo. Editora Devires.
- Nogueira, R. (1986). *Revistas masculinas ou de macho? Em Macho, masculino, homem: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro* (pp. 61-63). Porto Alegre / São Paulo: L&PM
- Okin, Susan Moller. (2008). Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>
- Oliveira Júnior, E. B. de, & Cancela, C. D. (2012). Que corpo é esse? O metrossexual em debate. *Revista do NUFEN*, 4(1), 20-33. Recuperado em 19 de novembro de 2018, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912012000100003&lng=pt&tlng=pt.

- Oliveira, M. C. S. L. & Madureira, A. F. A. (2014). Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. *Labrys (Edición Française. Online)*, 26. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/maria%20claudia.htm>
- Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, 6(1), 91-111.
- P. Gibson, L. C. S. W. (1989) Gay male and lesbian youth suicide. Em: Remafedi, G. Death by denial. *Studies of suicide in gay and lesbian teenagers* (pp.15-68). Boston, Massachusetts: *Alyson Publications*.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Pereira, Henrique, & Leal, Isabel Pereira. (2005). A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: Implicações para a saúde. *Análise Psicológica*, 23(3), 315-322. Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312005000300010&lng=pt&tlng=pt.
- Peres, W. (2009). Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. Em: Junqueira, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (pp. 235-264). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Prata, M.R.S. (2005). A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: um reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. *Revista Brasileira de Educação (impresso)*, 28, 108-115.

- Prata, Maria Regina, (2001). Foucault e os modos de subjetivação. *Cadernos do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos*, (1), (pp. 37-40). Rio de Janeiro: Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos.
- Ramminger, T.; Nardi, H.C. (2008). Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface (Botucatu)* 12(25); (pp.339-346).
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000200009&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000200009>.
- Revel, Judith. (2005). Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz.
S. (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 767-79). Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 121-129). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, (28), 19-54.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003-99>.
- Sousa, P. (2004). Resistir, a que será que se resiste. O sujeito feito fora de si. *Linguagem em Discursos* (pp.52-68).Tubarão- SC : linguagem em (Dis)curo.
- Souza, E. M. ; Garcia, A.(2007) . Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: Caminhos e Descaminhos. (pp.1-32). Campinas- SP: Revista aulas (UNICAMP).

- Souza, R. R. (2009). As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades, UFSE*, 3(6), pp. 07-12. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/5500>
- Teixeira, M. A. A. (2015). Metronormatividades nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil (4) (pp.25-38). São Carlos- SP: *Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar*.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis - RJ: Vozes.
- World Health Organization (OMS). (2014). *First WHO report on suicide prevention*. Recuperado de <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2014/suicide-prevention-report/en/>.
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos – Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Apêndices

Apêndice A

Roteiro para entrevista semiestruturada

1. Inicialmente, gostaria que você falasse um pouco sobre você, em termos gerais.
2. O que é ser homem para você?
3. Para você existe ou não uma figura ideal de homem? (Se sim, como seria?). A heterossexualidade seria uma característica desse homem ou não? Por quê?
4. O que é ser homossexual para você? Existem características que os gays tem em comum ou não? Por que? Quais características seriam essas?
6. O que é ser heterossexual? Existem características que os heterossexuais tem em comum? Por quê? Quais características seriam essas?
7. Você considera a heterossexualidade um atributo da masculinidade ou não ? Por quê?
8. Você tem amigos homens heterossexuais ? Como é sua relação com esses amigos ?
- 9- Para você quais as semelhanças e diferenças, se houver, entre você e seus amigos, homens heterossexuais ?
- 10 – Existe alguma celebridade ou figura pública que você admira ou que te inspire ? Por quê ?
- 11 – Existe alguma celebridade LGBT que te inspire ? Por quê ?

12- Em relacionamentos heterossexuais, é comum vermos a figura do homem assumindo um papel ativo, de provedor, protetor da esposa e chefe da família, e a mulher assumindo o papel passivo, sendo responsabilizada pelos cuidados domésticos e criação dos filhos. O que você pensa desses papéis? Na sua opinião, nas relações homossexuais, os homens gays devem assumir os papéis desempenhados por homens e mulheres em suas relações heterossexuais ou não? Por quê?

13. Imagine a seguinte situação: Luis, homem gay, adora acompanhar os campeonatos de futebol nacional, pela televisão, vai sempre ao bar com seus amigos heterossexuais, sempre faz churrascos para família aos domingos e não perde a estreia de seus filmes de ação favorito. Ao encontrar com seus amigos no bar essa semana, comentou que tinha conhecido um rapaz e que estava namorando, ao que prontamente seus amigos comentaram, que Luis não parecia ser gay e que ele disfarçava muito bem, algumas pessoas chegaram a se indagar, como um homem tão másculo como Luis, pode ser gay. O que você pensa a respeito dessa situação?

14- O que a imagem abaixo lhe remete e lhe evoca em termos de sentimento?
(Apêndice B, imagem A e Imagem B)

15- O que essas imagens representam para você?

16- O que essa imagem significa para você? (Apêndice B, imagem C)

17 – Há diferenças entre os homens gays e heterossexuais retratados na imagem?
(Apêndice B, imagem D), (Se sim, Por quê?)

18- Na sua opinião há diferença em como as diferentes mídias (rádio, televisão, revistas, outdoors, redes sociais) representam o homem heterossexual e o homem gay, ou não ? Se sim, Por quê ? O que pensa a respeito dessas diferenças?)

19 – Por gentileza, peço que assista o vídeo¹⁶ a seguir, clipe do cantos Joey Graceffa, para a canção “Don’t wait” (Não espere). Você gostou, ou não, do clipe exibido? Por quê? Algo em especial chamou a sua atenção, ou não? (Se sim, o que? Por quê?).

¹⁶ Vídeo disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=XSXxqCVYI4Y&app=desktop>

Apêndice B

Imagem A



Imagem B



Imagem C



Imagem D



Apêndice C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Masculinidades: Relações de poder e processos de subjetivação gay

Instituição dos(as) pesquisadores(as): Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisador assistente: Leonardo de Sousa Bonfim

Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo geral deste estudo é compreender as subjetividades produzidas no processo de construção das identidades gays masculinidades, a partir dos tensionamentos provocados pela institucionalização da masculinidade hegemônica.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual, com perguntas e questões associadas a imagens auxiliares e um vídeo musical, sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual, com a apresentação de imagens e um vídeo, previamente selecionados. A entrevista será gravada em áudio, com seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em local conveniente para o participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos baixos, que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas, que é esperado que o participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada sobre as relações entre gênero, em especial sobre as masculinidades.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso de outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade do pesquisador assistente, Leonardo de Sousa Bonfim, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo. Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador assistente, e a outra será fornecida ao senhor.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755 - E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Pesquisador assistente: Leonardo de Sousa Bonfim
Celular: (61) 986126645 – E-mail: bonfimleosousa@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907; Campus do UniCEUB; Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF CEP: 70790-075 ; Telefone para contato: (61) 3966-1200

Anexos

Anexo A

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Masculinidades: Relações de Poder e Processos de Subjetivação Gay

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 96594918.1.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.933.424

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa corresponde a um projeto de finalização do Curso de Graduação em Psicologia (Monografia de Conclusão de Curso). O projeto de pesquisa em questão apresenta como referencial teórico a psicologia cultural e a "Teoria Queer", em diálogo com a perspectiva feminista interseccional e a teoria sobre masculinidade de Raewyn Connel e abarca a seguinte temática: os impactos do modelo de masculinidade hegemônica em relação às masculinidades gays, no que diz respeito a constituição identitária e processos de subjetivação. O projeto tem como objetivo geral compreender as subjetividades produzidas no processo de construção das identidades gays masculinas, a partir dos tensionamentos provocados pela institucionalização da masculinidade hegemônica.

A pesquisa será realizada a partir de um enfoque epistemológico e metodológico qualitativo. Os participantes serão homens homossexuais, entre 18 e 30 anos, que serão selecionados via rede social do aluno e não via instituição. O aluno pesquisador realizará oito entrevistas individuais semiestruturadas, que ocorrerá com o uso de imagens e vídeo, previamente selecionados.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário apresentado à pesquisa foi "compreender as subjetividades produzidas no processo de construção das identidades gays masculinas, a partir dos tensionamentos provocados pela institucionalização da masculinidade hegemônica".

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 2.933.424

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram descritos os seguintes riscos e benefícios à pesquisa: "a pesquisa apresenta baixos riscos. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que o participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos participantes, os mesmos não precisam realizá-lo". Benefícios: "ao participar da pesquisa em questão, os participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado. Cabe destacar ainda, que o participante não terá nem um custo ou remuneração durante a participação na pesquisa, sendo o custeio da pesquisa, financiado pelo próprio pesquisador".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa apresenta condições éticas e científicas para ser desenvolvida. O seu objetivo primário, os riscos e benefícios e a metodologia foram devidamente descritos. O cronograma encontra-se compatível à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e ela será financiada pelos pesquisadores, que possuem o currículo na Plataforma Lattes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos, necessários à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em pesquisa: a Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos, assinada pelo coordenador do curso; o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos, apresentado de forma adequada; e o roteiro de entrevista.

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar	
Bairro: Setor Universitário	CEP: 70.790-075
UF: DF	Município: BRASILIA
Telefone: (61)3966-1511	E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 2.933.424

- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto foi aprovado pelo Colegiado, estando apto a iniciar a coleta de dados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.920.977/18, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 6 de setembro de 2018.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1205009.pdf	23/08/2018 15:17:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	23/08/2018 15:07:35	LEONARDO DE SOUSA BONFIM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de pesquisa.pdf	23/08/2018 15:06:20	LEONARDO DE SOUSA BONFIM	Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.933.424

Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	23/08/2018 14:48:23	LEONARDO DE SOUSA BONFIM	Aceito
----------------	------------------	------------------------	-----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 02 de Outubro de 2018

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br